



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ISABELA LEONI

UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE DA DEPENDÊNCIA EM RUY MAURO  
MARINI

Rio de Janeiro  
2023

[Digite aqui]

Isabela Leoni

UMA APROXIMAÇÃO AO  
DEBATE DA DEPENDÊNCIA  
EM RUY MAURO MARINI

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Serviço  
Social da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção  
do grau de bacharel em Serviço  
Social.

Orientadora: Dra Leile  
Silvia Candido Teixeira

Aprovada em:

Banca examinadora

---

Profª Elaine M Moreira – UFRJ

---

Prof Maristela Dal Moro – UFRJ

Rio de Janeiro

2023

[Digite aqui]

## AUTORIZAÇÃO

Eu, **Isabela Leoni**, DRE **115059112**, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 03/04/2023.

A handwritten signature in blue ink that reads "Isabela Leoni" with a small star-like mark at the end of the name.

---

assinatura

[Digite aqui]

## AGRADECIMENTOS

Agradeço enormemente à minha orientadora Leile Teixeira, por ter sido extremamente compreensiva e amorosa durante o processo do meu TCC. Por ter compreendido com muita compaixão e empatia os meus problemas de saúde física e mental que me assolaram nesta jornada, a qual não foi curta, já que houve uma pandemia mundial no meio de tudo, além de meus problemas pessoais. Ademais, Leile foi uma grande incentivadora para que eu fizesse o processo seletivo de mestrado no qual eu passei. Foi um processo caótico em que tive pouquíssimo tempo de preparo e estudo, mas mesmo assim, ela via em mim a capacidade e a qualidade de pesquisadora. Enfim, muita gratidão por todo o incentivo e por acreditar em mim até nas vezes em que nem eu acreditava.

Gratifico à minha banca, as professoras Elaine e Maristela, por aceitarem participar desta em um contexto que muitos professores não aceitariam e por entenderem minhas questões de saúde e meu prazo para minha entrada no mestrado. Estas professoras têm sido também grandes incentivadoras dos meus estudos sobre formação brasileira e questão agrária (que será o meu objeto de mestrado), pois me acompanharam no Projeto de Extensão Questão Agrária em Debate (junto com Leile). Além disso, Elaine também foi minha orientadora de TCC por um semestre, período em que também pude aprender bastante. Maristela me acolheu no Natal de 2022, quando eu estava longe de minha família e também serei eternamente grata por isso.

À minha querida professora Tatiana Brettas, que acompanhou minha trajetória acadêmica sempre pontuando a minha capacidade em ser pesquisadora da área da formação social brasileira. Tatiana me deu a oportunidade de participar do grupo de estudos interinstitucional *Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil*, o que me possibilitou o aprofundamento nos estudos sobre o tema. Ela também me orientou por alguns semestres no início da pandemia e acompanhou este processo final de minha formação. Tatiana também foi uma grande incentivadora!

Às professoras Mirella Rocha e Mavi Rodrigues, orientadoras das duas disciplinas em que fui monitora bolsista: *Economia do Brasil Contemporâneo* e *Economia Política*. Estas experiências de monitoria foram de grande enriquecimento acadêmico para mim. À Carla Ferreira: professora da disciplina optativa chamada

[Digite aqui]

*Teoria Marxista da Dependência*, disciplina à qual pude aprofundar meus estudos sobre a TMD e que foi um divisor de águas na minha trajetória acadêmica.

Aos meus melhores amigos de graduação: Tatiana e Higor. Vocês estiveram junto comigo nos meus melhores e piores dias e me aceitaram do jeito que eu sou enquanto muitos me julgavam e me tacavam pedra. Não seguimos mais juntos, mas nunca esquecerei nossa amizade e trocas.

Aos meus amigos Arthur, Marcos, Eduardo e Maria Eduarda que me incentivaram muito a terminar esse TCC e seguir carreira acadêmica. Arthur é uma grata surpresa em minha vida e ao longo do tempo se tornou uma pessoa essencial para mim. Marcos é meu mais novo vizinho com quem eu tenho conversas muito gostosas e produtivas sobre psicanálise. Eduardo é o meu amigo dos tempos de colégio e que permanece comigo até hoje, é quem sinto saudade por não estar mais comigo no dia-a-dia. Ele acompanhou também meu processo de mestrado e foi quem me contou que eu passei no processo seletivo! Maria Eduarda, ou Dudinha é minha amiga desde que eu nasci. Tenho certeza de que nossa conexão é espiritual e de outras vidas, pois nos entendemos desde sempre e somos muito parecidas (sempre fomos muito dorminhocas!). Duda foi a única amiga de infância que permaneceu e eu sei que não importa o que aconteça, poderemos contar uma sempre com a outra.

Aos meus cachorrinhos Joaquim e Luna, por serem a luz da minha vida e por me darem todo o amor e alegria para que meus dias sejam repletos de boas energias.

Ao meu professor de História do Colégio Pedro II, Tarcísio Motta, por ter me incentivado desde a quinta série a seguir a área de humanas por ver minha capacidade intelectual.

Aos meus pais, Mariana e Léo, que foram quem me deram todo o incentivo aos estudos por uma vida inteira e uma estrutura para poder estudar sem trabalhar. Minha mãe sempre foi a maior incentivadora da minha vida em relação aos meus estudos, desde pequena se sentava para estudar comigo e passava horas me ajudando nas tarefas escolares. Meu pai sempre me deu o apoio financeiro que eu precisei e nunca me exigiu trabalhar para que eu pudesse me dedicar em tempo integral à minha trajetória acadêmica (hoje em dia minha mãe também me dá apoio financeiro).

[Digite aqui]

Às minhas tias Vera e Virgínia, também incentivadoras de meus estudos e que nunca julgaram a minha escolha de curso, diferente de outras pessoas da família.

Agradeço a mim mesma. Por nunca ter desistido, apesar dos dias mais chuvosos e tempestuosos que existiram durante essa minha jornada na UFRJ. Quem me acompanhou de perto sabe os problemas de saúde mental que eu enfrentei e enfrento. Apesar de ter demorado para concluir esta etapa da formação, eu não desisti e enfrentei tudo sempre com a cabeça erguida, com muita força e resiliência. Também cabe aqui agradecer à minha terapeuta Rayssa Koppe, que foi quem me ajudou a sair da escuridão e ver a luz e novo e me deu forças para eu terminar esta jornada.

Por último e não menos importante para mim: agradeço com todo meu coração à espiritualidade, aos meus guias espirituais e à minha família de alma. Vocês me dão força quando tudo parece perdido e sem sentido.

[Digite aqui]

Não passa disso, não me engana  
Que eu sou sulamericano de Feira de Santana  
Avisa o americano  
Eu não acredito no Obama  
Revolucionário, Guevara  
Conhece a liberdade sem olhar no dicionário  
Sem olhar no dicionário, ele conhece a liberdade  
Vamos que vamos, vou traçando vários planos  
Vou seguir cantarolando pra poder contra-atacar (...)  
Nas veias abertas da América Latina  
Tem fogo cruzado queimando nas esquinas  
Um golpe de Estado ao som da carabina, um fuzil  
Se a Justiça é cega a gente pega quem fugiu  
(BAIANASYSTEM; CHAO, 2019)

[Digite aqui]

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso possui como objeto a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini acerca do debate da dependência. O autor foi quem elaborou os principais conceitos que explicam o mecanismo dependente do capitalismo latino-americano. Os principais objetivos deste trabalho são: 1) apresentar elementos da trajetória de vida e acadêmica de Ruy Mauro Marini, sua inserção no contexto político em que vivia e 2) realizar uma aproximação aos conceitos desenvolvidos. A metodologia utilizada é o estudo de alguns dos principais textos escritos por Marini que trazem as primeiras sistematizações do debate da dialética: A dialética da dependência e A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. A conclusão que se chega é que é de extrema importância entender os mecanismos nos quais se perpetuam o capitalismo dependente latino-americano para poder elucidar qual é a melhor tática para se romper com a dependência. Para se chegar a isso, é de suma importância conhecer o método marxista.

**Palavras-chave:** Teoria Marxista da Dependência. América Latina. Superexploração do trabalho. Subimperialismo. Transferência de valor.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo I: o percurso intelectual e militante de Marini e o debate da Teoria Marxista da Dependência</b>	<b>13</b>
1.1 O contexto político	13
1.1.1 A conjuntura histórica do advento da Escola de Dependência	17
1.1.1.1 Os partidos comunistas	17
1.1.1.2 O foquismo	19
1.1.1.3 A CEPAL	19
1.1.1.4 A Escola de dependência	21
1.2 A vida e a trajetória intelectual e militante de Marini	25
1.2.1 O aporte teórico de Ruy Mauro Marini e seus fundamentais conceitos	29
<b>Capítulo II: principais conceitos desenvolvidos por Marini e sua importância para a leitura da realidade latino-americana e brasileira</b>	<b>34</b>
2.1 O texto “Dialética da dependência” de 1973, seus conceitos e o diálogo com Marx	34
2.1.1 O método e o processo latino-americano	34
2.1.2 A América Latina e a acumulação primitiva	36
2.1.3 A dependência Latino Americana	37
2.1.4 A superexploração da força de trabalho	42
2.1.5 A cisão do ciclo do capital e da “esfera alta” e “esfera baixa” de consumo	47
2.1.6 O processo de industrialização latino-americano	49
2.1.7 O subimperialismo	51
2.2 O processo de industrialização brasileiro	53
2.2.1 Brasil	56
<b>Considerações finais</b>	<b>59</b>
Referências Bibliográficas	63

## Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central uma aproximação à contribuição teórica de Ruy Mauro Marini sobre o debate da dependência latino-americana nos anos 1960 e 1970 no Brasil. A seguir, descreverei todo o percurso que fiz academicamente até chegar neste tema e o porquê de ter percebido o quão importante é estudar sobre esse autor para podermos realizar uma leitura marxista mais aproximada do concreto real latino-americano e brasileiro.

O caminho percorrido por mim para chegar ao tema do meu TCC foi longo e cheio de percalços. Desde o início da graduação eu venho me interessando bastante pela economia política marxista, tanto que já no terceiro (e quarto) período eu me tornei monitora bolsista da disciplina Economia Política com a professora Mavi Rodrigues.

No meu segundo semestre eu também cursei a disciplina Economia do Brasil Contemporâneo com a professora Tatiana Brettas, o que me aproximou mais do debate sobre a formação sócio-histórica brasileira. Foi a primeira vez que li autores incríveis como Octávio Ianni, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. Marini, desde esta época, já havia sido o autor que eu mais gostara de ler. No terceiro período eu puxei “Administração e Orçamento” também com a professora Tatiana. Nesta disciplina vimos a financeirização do capital no Brasil.

No sexto período cursei a eletiva chamada “Teoria Marxista da Dependência” com a professora Carla Ferreira. Esta carreira mudou bastante meu modo de examinar as sociedades cujos desenvolvimentos capitalistas se deram pela dependência econômica em relação aos países centrais (Europa e Estados Unidos). O enfoque da disciplina foi o Brasil, porém, estudamos de forma abstrata todo o continente latino-americano. Aprofundamos conceitos como: dependência, transferência de valor, cisão do ciclo do capital, mais valia absoluta e relativa, superexploração da força de trabalho etc. Foi a partir desta matéria que eu percebi como o olhar do marxismo do Serviço Social era eurocêntrico naquela época (isso vem mudando recentemente, o que é algo maravilhoso) e não correspondia de fato à realidade concreta sócio-histórica e conjuntural da América Latina e especialmente o Brasil.

[Digite aqui]

Foi no sétimo período (e oitavo) que eu consegui minha segunda bolsa de monitoria, na disciplina de Economia do Brasil Contemporâneo, com a professora Mirella Rocha, também adepta à concepção da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Com esta monitoria pude aprofundar meus estudos sobre Marini e ainda me aproximar do debate sobre questão racial no Brasil.

Durante este período também entrei para o grupo de estudos intitulado “Capitalismo dependente brasileiro e Serviço Social”, coordenado por algumas professoras do Serviço Social da UFRJ, UFF e Unirio. Estudamos alguns autores que discutem a formação sócio-histórica do capitalismo dependente brasileiro, dentre eles, autores da TMD, como também outros que não se incluem dentro desta concepção. O grupo de estudos foi essencial para que eu pudesse apresentar um trabalho na SIAC da UFRJ sobre a categoria “cooperação antagônica” em Ruy Mauro Marini. A partir destes aprofundamentos e desta categoria, eu entendi que, durante a formação do Brasil, especificamente na década de 1930, ganhou-se impulso o desenvolvimento da industrialização do país. Entretanto, tal desenvolvimento se deu de forma diferenciada em relação à dos países centrais. Aqui não houve uma revolução burguesa “à la Revolução Francesa”. Muito pelo contrário. No Brasil, nossa indústria nasceu dependente da oligarquia agrária através de uma relação de interesses comuns, mas também antagônicos, fato que Marini chamou de “cooperação antagônica”. Nossa burguesia industrial dependia das divisas oriundas da exportação de matérias primas da oligarquia agrária para se desenvolver.

Em 2019, já no nono período, eu fui selecionada para um intercâmbio no Paraguai pela universidade. Durante minha morada no país, eu pude perceber como que a região ainda é predominantemente rural e como o subimperialismo brasileiro é bem forte lá. Não apenas a indústria brasileira possui um papel de destaque no país, mas também percebi que o agronegócio brasileiro está muito presente quando eu ia comprar comida nos supermercados e através dos estudos feitos por mim na Universidade Nacional de Assunção.

Esta experiência de intercâmbio me fez enxergar concretamente a categoria “subimperialismo” elaborada por Marini, o que me fez aumentar ainda mais a vontade de estudar seu legado teórico acerca do debate da dependência latino-americana. Desde o início da minha graduação, em 2015, eu percebia que a teoria marxista

[Digite aqui]

ensinada no curso era muito eurocêntrica e não se aproximava da concretude histórica aqui do continente e principalmente do Brasil. Por esta razão é de extrema importância estudarmos Marini e os autores da TMD no Serviço Social, porque se temos uma leitura social distante do real, a prática profissional do Assistente Social também fica distante da realidade.

Dito isto, este trabalho possui como objeto a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini acerca do debate da dependência.

Tendo isso em mente, os objetivos desse TCC foram:

- 1) Apresentar elementos da trajetória de vida e acadêmica de Ruy Mauro Marini, como ele chegou até a Escola de Dependência, porque ele se destacou entre os intelectuais debatedores sobre o assunto e como influenciou parte da intelectualidade brasileira, movimentos sociais da época e partidos de esquerda (se influenciou).
- 2) Aproximação aos conceitos desenvolvidos por Marini, sua principal obra “Dialética da Dependência” de 1973 e outras.

A metodologia proposta é o estudo de dois dos principais textos escritos por Marini: *A dialética da dependência* de 1973 e *A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*, assim como dados presentes nestes. Pretende-se utilizar para análise dos dados a elaboração teórica da Teoria Marxista da Dependência, teoria à qual Ruy Mauro Marini utiliza em suas obras. O materialismo histórico-dialético (o método marxista) é uma proposta metodológica de análise da realidade concreta dos seres humanos, ou seja, análise de produção e reprodução da vida material dos sujeitos históricos (MEIRELES, 2014). Esta produção e reprodução se dá através da concretude histórica ou de movimentos históricos, portanto a realidade humana não é estática e sim está em constante movimento. Os processos históricos também são refletidos pela ótica dialética, visão que pretende superar a dicotomia entre sujeito e objeto, mas também visa a superação de uma leitura dual do real. Isto significa que a realidade não tem como ser dual, já que ela é um processo histórico em movimento.

A Teoria Marxista da Dependência usa o método de Marx para o estudo da realidade latino-americana (e por consequência, brasileira também). Muitos marxistas, que se autointitulam ortodoxos, caem no erro de transpor a realidade europeia para caracterizar a América Latina, por acreditarem que o desenvolvimento capitalista deva [Digite aqui]

seguir um modelo “puro” europeu em todo o mundo. Com isso, acabam caindo em erros de análise, pois nossa formação social já nasceu dependente da economia europeia e responsável por atender sua demanda por alimentos e matérias-primas (MARINI, 2005). O que Marini defende é uma ortodoxia no método dialético de análise e não uma ruptura entre a dimensão concreta com a dimensão abstrata desta. Muitas vezes para encaixar a América Latina em um modelo “puro” e abstrato de capitalismo, os ortodoxos acabam não sendo mesmo ortodoxos com o método marxiano.

O método de análise dos dados reais e concretos utilizados será o materialismo histórico-dialético e, mais precisamente, o da Teoria Marxista da Dependência, pois creio que seja um método acertado de análise dos processos históricos relacionados a formação social brasileira.

O TCC está organizado em dois capítulos. No primeiro, trataremos sobre o contexto político em que estava inserido o debate sobre a dependência latino-americana, assim como onde se inseria Marini neste contexto. Também faremos uma breve trajetória de vida, acadêmica e militante do autor, para entendermos como o sujeito histórico permeado pelo contexto político pôde se destacar como intelectual orgânico dentro do debate da dependência. Também abordaremos um pouco sobre o método marxista e o quanto Marini era ortodoxo com ele. Por fim, nos aproximaremos de alguns superficialmente em alguns de seus conceitos, para então os aprofundar no capítulo II.

No segundo capítulo, seguiremos na aproximação ao pensamento de Marini no seu texto “Dialética da dependência” de 1973, aprofundaremos sobre seus principais conceitos como dependência, subimperialismo, superexploração do trabalho e também discutiremos brevemente sobre o conceito “cooperação antagônica” presente em seu texto “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”. Por fim, serão feitas as devidas conclusões.

## **Capítulo I**

### **O percurso intelectual e militante de Marini e o debate da Teoria Marxista da dependência**

Neste primeiro capítulo será exposto o contexto político em que estava inserido o autor Ruy Mauro Marini, assim como o surgimento da Escola de Dependência e sua relação com os demais atores sociais expostos abaixo. Marini é um sujeito histórico que se desenvolveu como militante em uma conjuntura histórica específica tanto do Brasil, como da América Latina e do mundo e este contexto é de fundamental importância para se entender sua relação com o mundo, com a sociedade e com o debate sobre a dependência.

A conjuntura das relações internacionais dos anos de 1960 e 1970 era uma conjuntura de guerra fria em que estava sob a luz do dia o debate sob a viabilidade de duas alternativas de sociedade para os países: o capitalismo e o socialismo. O socialismo não era algo distante, que existia somente no mundo das ideias: se tornara um projeto viável e concreto de sociedade e uma alternativa para as mazelas do capitalismo, principalmente aqui nos países periféricos, a partir da Revolução Cubana de 1959. Marini se tornou um ferrenho defensor do socialismo como única alternativa para desigualdade gritante do continente latino-americano. Ademais, ele estava inserido nesta conjuntura e no debate sobre a dependência que envolvia outros atores sociais tanto de esquerda como de direita. (EXPRESSÃO POPULAR, 2014)

Também será tratado sobre a vida intelectual e militante de Ruy Mauro Marini em conexão com o momento histórico vivido por ele para podermos compreender como ele se tornou o intelectual diferenciado que foi dentro da Teoria Marxista da Dependência. Mais para o final do capítulo, além do mais, será exposto sobre a ortodoxia que o intelectual tinha ao usar o método materialista histórico-dialético marxista para o desenvolvimento de suas análises sobre a dependência latino-americana, a importância disso para uma leitura mais fiel da realidade e uma breve análise de três dos seus conceitos mais importantes: dependência, superexploração e subimperialismo; os quais serão mais bem aprofundados no Capítulo II.

#### **1.1 O contexto político**

[Digite aqui]

Foi no contexto da década de 1960 que um grupo de intelectuais começaram a refletir e estudar sobre a particularidade do desenvolvimento capitalista latino-americano. Dentre eles estavam nomes como André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e outros. Estes estudiosos foram contra a corrente do pensamento predominante da esquerda brasileira, à qual defendia um marxismo eurocêntrico, transportando mecanicamente a realidade europeia para entender a América Latina<sup>1</sup>.

Além de serem intelectuais, esses pensadores também foram exímios militantes, colocando a práxis de Marx como norte de sua teoria. Fundaram, neste período a organização de esquerda Política Operária (POLOP) para estarem ativos nas principais lutas do país e irem contra o marxismo eurocêntrico pregado principalmente por parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), naquele período. Também fundaram a Escola da Dependência para o aprofundamento de seus estudos sobre questões latino-americanas como o subdesenvolvimento e a grande espoliação que os trabalhadores aqui sofriam. Outro monopólio de conhecimento que também tentaram ir contra foi a de pensadores da Comissão Econômica da América Latina e o Caribe (CEPAL) a exemplo de Ignacio Rangel e Celso Furtado, cujas interpretações tiveram forte influência acadêmica e no governo de João Goulart (STÉDILE, TRASPADINI, 2005).

Ruy Mauro Marini obteve destaque na Escola de Dependência por possuir um rigor metodológico sem igual para analisar os mecanismos internos e externos do desenvolvimento capitalista latino-americano e brasileiro. Para ele, o rigor deveria estar no materialismo histórico-dialético como método de análise e não em dogmas

---

<sup>1</sup> O marxismo chegou tardiamente ao Brasil, como aponta Ricardo Musse (2015, p. 411) “O marxismo aportou tardiamente no Brasil. Seja como teoria ou prática política, desembarca efetivamente apenas em 1922, com a fundação do Partido Comunista, um acontecimento que deve ser creditado sobretudo ao impacto no país da Revolução Russa de 1917.” O que se chegava aqui sobre o marxismo era uma versão exportada deste pela União Soviética, o chamado “marxismo-leninismo” soviético. Musse também discorre que por esta razão, pela dificuldade de se ter acesso a uma obra ampla de Marx e Engels aqui no Brasil, o que ocorreu, nesta época, foi o “(...) processo que Franco Andreucci (1982) denominou como ‘difusão e vulgarização’ do marxismo: a conjugação de ‘expansão e empobrecimento, difusão e esquematização’, seja por conta do choque e de sua inevitável combinação com outras ideias (socialistas ou não), decorrente de sua propagação em escala planetária; seja devido à necessidade de legitimar a prática política das ascendentes estruturas organizacionais da classe operária – associações, sindicatos, cooperativas, partidos.” (MUSSE, 2015, p. 410)

de uma realidade que não seja a latino-americana. Era um intelectual disciplinado com os estudos, os debates e a militância.

Em 1962, passou a fazer parte do quadro de professores de Ciência Política da Universidade Nacional de Brasília (UNB). Marini, junto com os outros professores foram tornando o sonho de Darcy Ribeiro realidade: foram tornando a UNB um centro de debate, elaboração de ideias e reflexão junto com educandos e a sociedade em geral pensando um projeto de Brasil. A partir disso Marini foi se constituindo cada vez mais um intelectual orgânico<sup>2</sup>. (STÉDILE e TRASPADINI, 2005)

Em 1964 ocorreu o golpe empresarial-militar e esse grupo de professores tiveram que ir para o exílio para não serem presos. Ruy Mauro Marini foi para o México, seu primeiro exílio e foi lá onde publicou o seu primeiro livro “*Subdesarrollo y revolución*”, pela Editora Siglo XXI. Segundo Stédile e Traspadini

O livro movimentou o que-fazer acadêmico da intelectualidade latino-americana. Abriu espaço tanto para as críticas desenvolvidas pelos ideólogos contrários ao marxismo, cujo representante máximo foi Fernando Henrique Cardoso, quanto para a construção coletiva propiciada aos pensadores de esquerda no continente. Pela primeira vez, foram apresentados conceitos da economia política e da luta de classes, de forma não dogmática, para explicar a exploração produtiva, cultural e política desenvolvida no continente. Na obra estava a síntese de longos anos de debates e teses, que depois ficaram conhecidos como a Teoria da Dependência. Essas ideias foram melhor desenvolvidas num segundo trabalho de fôlego, *Dialéctica de la dependencia*, publicado em 1973, pela editora mexicana Era. Apesar de ser muito jovem, Marini produziu uma grande contribuição teórica que marcou toda uma geração, a partir de conceitos explicativos sobre o desenvolvimento capitalista dependente na América Latina. (STÉDILE e TRASPADINI, 2005, p.10)

Ter vivido no exílio, uma experiência de dor, contraditória e dialeticamente, fez com o que Marini e outros intelectuais se deparassem com uma realidade parecida com a brasileira, comum em toda a América Latina. E não apenas o contato com esta realidade, mas também a militância nesses países, fez com que Marini aprofundasse sua superação em relação ao dogmatismo e ao pragmatismo partidário existente na luta de classes brasileira. Deste modo, ele pôde refletir sobre o geral e o particular do desenvolvimento capitalista no continente como um todo.

---

<sup>2</sup> De acordo com Regis Clemente da Costa (2019), o intelectual orgânico, conceito de Antônio Gramsci, é o intelectual que está intimamente ligado à classe a qual pertence (no caso, a classe trabalhadora), produz e propaga conhecimentos em prol da libertação da exploração de sua classe. É o intelectual enquanto militante comunista, trabalhador e formulador de um projeto alternativo à sociedade capitalista.



Segundo Nildo Ouriques (*in* MARINI, 2017), por causa do golpe empresarial-militar, Ruy Mauro Marini foi um intelectual conhecido em países da Europa e da América Latina, entretanto aqui, em seu país de origem, ele continuou desconhecido. Mesmo após a abertura democrática burguesa, ele seguiu sendo estudado muito pouco, pois houve uma hegemonia liberal no pensamento intelectual durante a transição para a democracia. Dentro das universidades, os autores mais estudados continuaram sendo os que defendiam a ordem, tanto da esquerda como da direita, representados principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado.

O governo empresarial-militar colocou o pensamento de autores de esquerda radical como Marini, Teotônio e Vânia Bambirra na marginalidade justamente por não agradarem em nada as classes dominantes tanto brasileira como estadunidense, assim como abriu um caminho para a consolidação do pensamento hegemônico liberal (também era uma leitura muito distinta do que a própria esquerda vinha fazendo. A burguesia brasileira defendia um “pluralismo” de ideias (que no fundo eram ramificações do pensamento liberal) para extirpar o marxismo revolucionário das universidades brasileiras. O que a burguesia fez foi um controle do pensamento intelectual para que se pudesse realizar uma “transição lenta, gradual e segura” para a democracia burguesa<sup>3</sup> (aqui é necessário lembrar que estamos tratando de 21 anos de ditadura empresarial-militar e que foi durante este período que houve a consolidação do capitalismo dependente no Brasil, então o processo descrito aqui inicia antes da reabertura democrática).

Conforme Ouriques:

A obra de Marini era inaceitável porque foi decisiva para elucidar tantos os limites do reformismo no interior do marxismo quanto as ilusões burguesas da tradição cepalina representada em nosso país pela vasta obra de Celso

---

<sup>3</sup> Os autores Alison J. Ayers e Alfredo Saad-Filho (2020) defendem que a democracia formal é um modelo político que atende perfeitamente as necessidades econômicas capitalistas. Este modo de produção necessita da igualdade jurídica propiciada pela democracia para manter as relações sociais de exploração da acumulação de capital. Os autores citam Lênin para dizer que a democracia burguesa é “o melhor invólucro político possível para o capitalismo”, ou seja, já apontam para uma superação da própria democracia burguesa e para a superação da ordem capitalista. Entretanto, os autores defendem que as democracias só servem às burguesias em momentos relativamente estáveis de acumulação. Em momentos de crise financeira ou política, quando o *status quo* tende a ser ameaçado, o Estado burguês recorre ao autoritarismo, à violência e a coerção para manter a ordem, como no exemplo brasileiro da ditadura empresarial-militar. “Uma vez que o sistema começa a se desintegrar [...] o compromisso [burguês] com a democracia [...] se apresenta não como axiomático ou eterno, mas pragmático e efêmero. Já que é o próprio sistema econômico que passa a estar em risco, todas as medidas políticas necessárias para salvá-lo, incluindo a ditadura, passam a ser legítimas” (AYERS e SAAD-FILHO apud. KNEI-PAZ, 1978, p. 355)

[Digite aqui]

Furtado. O conhecido ensaio *Dialética da Dependência* foi o marco inicial de um programa de pesquisa que não somente segue sendo válido como também tem sido retomado na atualidade em muitas dissertações e teses em todo o Brasil. O conceito de *subimperialismo*, contribuição teórica notável, que com o passar do tempo ganhou vitalidade e retornou ao debate público quando a integração latino-americana renovou sua força política no continente a partir da erupção do nacionalismo revolucionário na Venezuela, Equador e Bolívia. A tendência à constituição de uma *economia exportadora* é outra descoberta de grande valor nas formulações de Marini na interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil, pois é clara sua força a partir de 1994 (Plano Real), expressando um fenômeno que merecerá especial atenção de todo analista rigoroso. (OURIQUES, 2017, p. 15)

Para entender onde Marini se localizava dentro desta conjuntura, deve-se abordar brevemente as quatro correntes teóricas que, segundo Stédile e Traspadini (2005) debatiam o subdesenvolvimento da América Latina (incluindo a própria Escola de Dependência), como veremos a seguir.

### **1.1.1 A conjuntura histórica do advento da Escola de Dependência**

Como foi dito anteriormente, havia quatro correntes ideológicas dentro da esquerda que tentava explicar o subdesenvolvimento e a desigualdade latente no continente latino-americano. Cada corrente influenciou a militância da época, pois dava escopo para diferentes práticas políticas, assim como influenciou os movimentos sociais e diferentes forças de esquerda do país. Essas correntes eram: os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional, o foquismo, a Cepal e a Escola de Dependência. A seguir tratar-se-á de cada um deles de maneira breve (STÉDILE, TRASPADINI, 2005).

#### **1.1.1.1 Os Partidos Comunistas**

A primeira corrente ideológica que tentava explicar a realidade latino-americana foi a dos Partidos Comunistas vinculados à Terceira Internacional. Os PCs estavam presentes em todo o continente e possuíam vinculação direta com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O PCUS orientava esses partidos a lerem as realidades locais a partir de uma transposição mecânica da realidade europeia para os países em que estivessem inseridos, através de um marxismo manualesco e revisionista. A União Soviética precisava que as esquerdas destes países apoiassem suas burguesias locais para que houvesse a derrota do nazi-fascismo e para que a própria não ficasse isolada do resto do mundo.

Aqui no Brasil, a maior parte de militantes do Partido Comunista Brasileiro também seguia suas orientações fazendo uma leitura completamente mecânica e nada dialética da realidade brasileira. A interpretação que se fazia majoritariamente pelos intelectuais e dirigentes do PCB é que a explicação do “atraso” do capitalismo brasileiro, do subdesenvolvimento e da gritante desigualdade tinha origem nos “resquícios feudais” que ainda se encontrava por aqui representados pela antiga oligarquia agrária. Desta forma, segundo esta leitura, o que existia era um “atraso” do desenvolvimento das forças produtivas e o predomínio de relações pré-capitalistas de produção. Além disso, havia também o domínio imperialista estadunidense que brecaria o pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Por consequência desta análise um tanto errônea da realidade, a estratégia política defendida pelo PCB nesta época era a aliança dos/das trabalhadores/as com a burguesia brasileira para lutar contra o “latifúndio feudal” e o imperialismo. Primeiramente, teria que se finalizar a revolução burguesa para apenas depois lutar pelo socialismo. Uma interpretação extremamente etapista e manualesca de como deveria ser a luta da classe trabalhadora. Algo importante a se destacar também é que o PCB possuía hegemonia dentro da esquerda brasileira, logo suas interpretações influenciavam não apenas militantes, mas também intelectuais universitários, as artes, a imprensa, a cultura e a vida social do Brasil.

Um nome de grande destaque dentro do partido foi Caio Prado Júnior, cujas ideias foram dissidentes do pensamento da maioria de seus dirigentes e intelectuais, sob o ponto de vista teórico. Prado influenciou e ainda influencia grande parte da intelectualidade brasileira e enorme foi seu legado para o pensamento social do país. Escreveu e publicou suas ideias, divergindo de seus companheiros, primeiramente no livro “A Revolução Brasileira”, clássico sobre formação social brasileira. Caio se opôs a ideia de que o Brasil possui “resquícios feudais” e defendia uma revolução verdadeiramente popular. Suas ideias não eram completamente contra uma possível aliança com a burguesia, mas já demonstrava o caráter capitalista de nossas forças produtivas. Marini construiu um texto em crítica à Caio Prado Júnior. Prado esteve preocupado em escrever sobre a natureza do capitalismo brasileiro e sobre a revolução brasileira, não aprofundando no caráter dependente de nosso capitalismo e os mecanismos econômicos que perpetuam esta dependência.

[Digite aqui]

A própria história do golpe empresarial-militar no Brasil mostrou que essa tese do PCB estaria errada. Esse momento histórico nada mais foi um golpe orquestrado por grande parte da burguesia industrial com amplo apoio dos latifundiários e do imperialismo estadunidense, usando os militares para tal, o que mostra que a burguesia nacional como um todo não tem nada de “progressista” (apesar de uma fração dela ter defendido um governo popular na imagem de João Goulart), como acreditava o PCB. Entretanto, quando as massas se rebelaram e a burguesia teve medo de um rompimento do *status quo* e da perda de seus lucros, mostrou a face mais conservadora possível para se salvar.

Por causa desta análise errônea e pela história ter mostrado isso, o PCB se fragilizou completamente e se esgotou como partido hegemônico da esquerda brasileira (STÉDILE e TRASPADINI, 2005). Ademais, outro fator para tal esgotamento foi o fato de que a ditadura empresarial militar exilou grande parte dos dirigentes do partido e boa parte de seus militantes foram presos, perseguidos, torturados e mortos.<sup>4</sup>

#### **1.1.1.2 O foquismo**

O foquismo foi uma corrente ideológica que não possuía uma análise lógica da realidade brasileira. Seu principal nome foi Régis Debray e ele defendia o uso de armas para derrotar o imperialismo e as burguesias nacionais. Isso ocorreu por conta de uma análise incorreta do que foi a Revolução Cubana: para o intelectual, a revolução ocorreu porque alguns idealistas pegaram em armas e por suas ações tomaram o poder. Entretanto, sabe-se que o processo revolucionário envolveu amplamente as massas e foi dirigido por pelos menos umas três organizações políticas. O foquismo defendia um tipo de voluntarismo e militarismo para dirigir um processo revolucionário.

Um outro fato histórico que propiciou o crescimento desta corrente foram as ditaduras militares na América Latina e com isso a censura para a esquerda, o que ecoava uma indignação e um desejo dos jovens a pegarem em armas para derrotá-las. A perda da hegemonia dentro da esquerda pelo PCB naquele momento histórico

---

<sup>4</sup> Ver mais sobre em <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>  
[Digite aqui]

também foi um fator que fez crescer o foquismo, pois deixou um vácuo de pensamento enorme dentro da esquerda brasileira (STÉDILE e TRASPADINI, 2005)

### 1.1.1.3 CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi fundada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e surgiu no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, no mesmo período em que foram criados os Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Esta comissão tinha por objetivo diagnosticar o “atraso” e o subdesenvolvimento do continente latino-americano. Seus principais nomes brasileiros foram Ignacio Rangel, Celso Furtado e Anibal Pinto (STÉDILE e TRASPADINI, 2005)

O objetivo da Cepal não era criticar o sistema capitalista como modo de produção e nem a exploração de uma classe sobre a outra. Seu principal objetivo era que a América Latina alcançasse um nível de desenvolvimento das forças produtivas menos desigual que os países do “centro” capitalista. A explicação, segundo essa vertente ideológica, da desigualdade social no continente em relação aos mais desenvolvidos seria por causa da deterioração dos termos de troca, que se deu através de um desenvolvimento desigual entre centro-periferia. A deterioração dos termos de troca é um conceito utilizado para explicar o porquê de existir um intercâmbio desigual entre o centro, onde a tecnologia é estendida por todos os setores de produção (tecnologia de ponta, mais avançada), e a periferia: onde houve uma especialização produtiva em produtos primários para a exportação (e a tecnologia está concentrada neste setor). O continente latino-americano, historicamente, exporta produtos com menos valor agregado que os países centrais (que exportam tecnologia) e através desse intercâmbio há uma apropriação do valor pelos últimos. Isto significa que exportamos produtos muito mais baratos que importamos (até aqui, a Teoria Marxista da Dependência também concorda). (STÉDILE, TRASPADINI, 2005)

Essas referências cepalinas vieram em crítica à “teoria das vantagens comparativas” de David Ricardo, um autor clássico do liberalismo. Segundo ele, quanto mais especializado for um país em um determinado setor, melhor é para a economia mundial e que os intercâmbios de mercadorias à nível das relações internacionais neutralizaria as desigualdades sociais entre países. Para a Cepal, a [Digite aqui]

solução seria por via de industrialização substitutiva de importações dos países da América Latina e o Estado seria o responsável em aplicar políticas públicas que fomentassem o desenvolvimento capitalista no interior de sua economia. Para que o desenvolvimento da indústria se desse completamente e se igualasse aos países do centro, a reforma agrária cumpriria papel central. Outro fator importante seria a incorporação do progresso técnico em todos os setores da economia e a exportação de tecnologia de ponta ao invés de produtos primários (STÉDILE e TRASPADINI, 2005)

Segundo Traspadini e Stédile (2005, p. 26)

Esse programa serviu de base para as propostas concretas de governo em vários países do continente, especialmente México, Argentina e Brasil. No Brasil, essas ideias tiveram enorme influência política, devido ao grau de inserção desses intelectuais cepalinos no governo Goulart, sobretudo pelo papel que Celso Furtado exerceu nessa gestão de governo como ministro do Planejamento, como indutor de propostas políticas de criação da Superintendência ao Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e de reformas de base.

Houve a tentativa de implementação das ideias cepalinas nos países mais desenvolvidos em termos capitalistas da América Latina, entretanto nunca se conseguiu implementar um Estado de bem estar-social em nenhum destes países, o que mostra que esta receita não deu tão certo assim. No Brasil, quando houve a real tentativa de implementação dessa política pelo governo de João Goulart, ocorreu um golpe de contrarrevolução pelos militares (assim como também ocorreu nos outros países latino-americanos) orquestrado pelas burguesias brasileiras e estadunidense. A ditadura deturpou as ideias cepalinas e implementou medidas “nacionalistas” à sua maneira, porém tais medidas estiveram longe de resolver o problema da desigualdade, pelo contrário, aprofundou ainda mais a concentração de riqueza nas mãos de poucos e aumentou a desigualdade entre pobres e ricos.

Promoveu uma modificação nas pautas de exportação, mas isso não significou uma diminuição da transferência de valor da periferia para o centro, nem uma ampliação do consumo interno e de melhoria das condições de trabalho para a maior parte das pessoas que compõem a sociedade brasileira (STÉDILE e TRASPADINI, 2005, p. 27)

#### **1.1.1.4 A Escola de dependência**

Estamos falando de uma conjuntura em que houve uma crise das ideias do campo da esquerda, representada pelos PCs, pelo foquismo e pelas políticas

[Digite aqui]

econômicas da Cepal<sup>5</sup>. Junto a isso, o regime militar começa a dar sinal de esgotamento aqui no Brasil, pois a classe dominante já não se beneficiava mais tanto assim com o governo. Volta para o debate, deste modo, a pauta da desigualdade e do subdesenvolvimento, já que também as condições de vida da classe trabalhadora só pioraram, em detrimento da concentração de renda nas mãos dos mais ricos.

Um grupo de intelectuais de esquerda no exílio começa a formar um grupo de debates sobre a questão da dependência latino-americana com enfoque às críticas ao marxismo revisionista e às ideias da Cepal. Pensadores mexicanos, brasileiros e argentinos, através de diversos enfoques teóricos e metodológicos começam, durante as décadas de 1960 e 1970, a debater sobre as características da dependência latino-americana. Surgia a Escola de dependência, um espaço para diálogo, debates e enfrentamentos entre diversos intelectuais em um contexto de ditaduras militares nestes países (Marini, Theotônio, Bamberger e Frank já tinham se reunido na UNB na década de 1960).

Duas vertentes tiveram destaque dentro da Escola: a marxista, representada por nomes como Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bamberger e Augustin Cueva; e a weberiana, shumpeteriana e capitalista, representados por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto. A corrente marxista estava preocupada em dissecar os mecanismos da dependência dando enfoque no modo de produção capitalista como um todo, os mecanismos que esta dependência seria reproduzida em escala mundial, a exploração de classe e viam a necessidade de uma revolução socialista para que se rompesse com a dependência e com o próprio capitalismo. Já a vertente ideológica weberiana não estava preocupada em acabar com o capitalismo, pelo contrário, o defendiam e discursavam

---

<sup>5</sup> Um fato que também propiciou a crise na esquerda foi a própria ditadura empresarial-militar, cujos representantes perseguiram, prenderam, torturaram e mataram militantes de esquerda. Ademais, foi durante a década de 1970, na conjuntura do esgotamento da ditadura, que se originou uma esquerda vinculada a novas formas de luta. “A derrota da resistência armada, consumada entre 1973 e 1974, favoreceu a emergência de novas formas de luta. Com a desestruturação dos partidos e organizações políticas de esquerda, o comportamento crítico e o engajamento militante transferem-se para uma série de movimentos, adjetivados em bloco como ‘sociais’” (MUSSE, 2015, p. 419). Alguns exemplos destes movimentos sociais foram: Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento dos Pequenos Agricultores (MEDEIROS, 2021). Além disso, também houve o surgimento de um novo sindicalismo (formação da CUT, por exemplo) e fundação do Partido dos Trabalhadores, partido este que conquistou a hegemonia da esquerda no período. (MEDEIROS, 2021 e MUSSE, 2015)

que o problema da dependência seria por uma falta de criatividade do empresariado nacional.

Os marxistas, com base no materialismo dialético e histórico, como método explicativo e de ação transformadora, e na teoria do desenvolvimento do capitalismo, explicavam o caráter estrutural e permanente do desenvolvimento capitalista desigual, necessário para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda, baseada na superexploração do trabalho. Em contrapartida, os defensores do capitalismo como processo único e inalterável, a corrente da dependência protagonizada por Fernando Henrique Cardoso, argumentavam que o problema do atraso na América Latina e, conseqüentemente, do desenvolvimento desigual no cenário internacional, era interno e não externo. Ou seja, estava diretamente relacionado à forma conservadora como os empresários nacionais atuavam no mercado, não inovando de maneira progressiva, somente rompendo com o atraso tecnológico no momento de perda no comércio internacional. (STÉDILE e TRASPADINI, 2005, p. 29)

Essas duas correntes se tornaram, assim, contrárias uma à outra e entraram em enfrentamentos não apenas teórico, mas político também. Fernando Henrique Cardoso, por ser defensor do capitalismo, tinha o privilégio de possuir espaços garantidos para difundir suas ideias, no intuito de dominar o debate sobre a dependência, deturpando as ideias de Ruy Mauro Marini<sup>6</sup>.

Segundo Fernando Correa Prado (2010), o debate sobre a dependência foi riquíssimo em toda a América Latina e em outras partes do mundo até o fim da década de 1970, porém no Brasil o que houve foi um “não-debate”. Para o autor o que ocorreu no Brasil foi o predomínio de uma visão sobre a dependência (a de Fernando Henrique Cardoso e outros), já que os representantes do marxismo foram perseguidos, presos e exilados. Cardoso quis implementar um pensamento único sobre este debate, através de uma deturpação intelectual das obras do campo marxista e principalmente de Marini. Vários intelectuais defensores do capitalismo foram coniventes com este

---

<sup>6</sup> Fernando Henrique Cardoso não era um defensor da ditadura empresarial-militar, apesar de não ter sido preso ou exilado, como Marini foi. Conforme Ricardo Musse (2015), Fernando Henrique seria um “marxista legal”, ou seja, possuía ideias liberais, apesar de se autointitular marxista. “Na Rússia, paradoxalmente, o marxismo – além de constituir uma teoria alternativa em relação à posição revolucionária anticapitalista dos populistas (que, no entanto, haviam assimilado diversas análises marxistas sobre o capitalismo) – proporcionou certa justificação à missão histórica do capitalismo, numa postura que pode ser considerada de certo modo anômala na atmosfera ideológica geral do país. O marxismo representou, assim, a base para o curioso fenômeno dos ‘marxistas legais’, que ressaltaram as realizações históricas positivas do capitalismo, abandonando a perspectiva de derrubá-lo. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, chegou-se a uma espécie de reconciliação com a burguesia por parte de um restrito grupo de estudiosos que, se tivessem vivido na Europa central ou ocidental em lugar da Rússia, certamente se sentiriam muito mais à vontade declarando-se liberais e não marxistas.” (MUSSE, 2015 *apud* HOBBSAWM, 1982, p. 84)



pensamento único e até pouco tempo atrás o conhecimento sobre esse debate se dava apenas através das obras deturpadas de Cardoso.

Prado (2010, p. 72) sobre o artigo de Cardoso intitulado “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”:

Neste artigo, Cardoso apenas começa sua crítica a Andre Gunder Frank e a Ruy Mauro Marini, mas já demonstra certa capacidade de inverter argumentos para melhor criticá-los. Em seu comentário a Fran – na verdade apenas o nomeia, mas não cita nem faz a menor referência a alguma obra dele –, Cardoso deixa aberta uma falsa crítica que viria a ser futuramente a afirmação mais recorrente, apesar de incorreta, sobre os autores da vertente marxista da teoria da dependência: de que para eles “o capitalismo na periferia é inviável”. Em relação a Marini, trata de resumir a tese de “Dialética da dependência: a economia exportadora”, mas inverte o argumento de Marini e assim cria outra falsa polêmica em torno à função da superexploração do trabalho e da mais-valia relativa.

Ainda, agora sobre “As contradições do desenvolvimento associado” também de Cardoso:

Segundo Cardoso (1975), autores como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini defenderiam que “o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável”; “o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão de obra e preso à necessidade de subremunerar o trabalho”; “as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa”; “a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista”; e “o caminho político do Continente está frente a uma encruzilhada - ‘socialismo ou fascismo’”. Tais seriam as “teses equivocadas”, supostamente defendidas por aqueles autores. Na crítica de Cardoso, porém, é patente a falta de rigorosidade, pois o artigo transforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas como se fosse dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta. (PRADO, 2010, p. 73)

O texto de Cardoso escrito junto com José Serra em que eles deturpam as ideias de Marini escritas em sua tese “Dialética da dependência” se chama “As desventuras da dialética da dependência” de 1978. A Revista Mexicana de Sociologia (volume 40) foi quem publicou este artigo, mas também incluiu a resposta de Marini com o título “*Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*”. Já aqui no Brasil, o artigo dos primeiros autores foi publicado na revista “Estudos” do CEBRAP, número 23, de 1979, todavia sem a resposta de Marini, evidenciando uma manipulação do debate e o fortalecimento do pensamento único.

O pensamento único começou com Cardoso e com Serra e foi retomado por pensadores, intelectuais e estudantes no momento anterior à anistia política (o que não é coincidência, já que houve uma transição lenta, gradual e segura). Estas ideias foram sendo replicadas como única fonte sobre a dependência por importantes [Digite aqui]

estudiosos, o que contribuiu para uma “inércia intelectual” que só começou a ser rompida nos anos 2000. Intelectuais de renome, conhecidos por serem “de esquerda” foram responsáveis pela perpetuação do pensamento único. Alguns exemplos são: Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, Guido Mantega e Luiz Carlos Bresser-Pereira.

As teses de Fernando Henrique Cardoso serviram de bom grado às elites durante a “transição lenta, gradual e segura” já que defendiam uma aliança de classes para pôr em prática o desenvolvimentismo. Inicialmente, a importância daquelas não era tão evidente assim, todavia, quando a ditadura militar começou a entrar em declínio e o grande capital ficou contra o Estado por causa da queda de suas taxas de lucro, estas ideias caíram com uma luva no discurso de pacto de classes, subordinando até a esquerda. Esta subordinação esteve e está presente até os dias atuais, principalmente nos governos do Partido dos Trabalhadores nos anos 2000.

Prado também resgatou um capítulo da tese doutoral de Nildo Ouriques, em que o último avaliou os caminhos táticos e estratégico que o Partido dos Trabalhadores adotou diante do neoliberalismo.

En la respuesta del PT todo parece ‘resumirse’ em la búsqueda de un nuevo modelo de desarrollo, pero éste no es pensado a partir de las clases sociales (y de los intereses de las mayorías) ni tampoco a partir de las condiciones impuestas por la dependencia, sino por las necesidades de un gobierno que está sometido al diseño de la política económica necesaria para dar estabilidad a su eventual gobierno. (PRADO *apud* OURIQUES, 1995, p. 207)

Ouriques defendeu que houve um regresso do desenvolvimentismo defendido e posto em prática por setores da esquerda e que se perdeu o horizonte revolucionário. Musse (2015) escreveu sobre como o PT em sua fundação criticava a aliança de classes feita pelo PCB, apesar de não se autointitular um partido comunista. Foi um partido que se vangloriou por ter feito uma “ruptura” com uma velha esquerda conciliadora, por ter nascido a partir de um “novo sindicalismo” e dos movimentos sociais, e por esta razão ser diferente. Entretanto, ao conquistarem o poder pela via eleitoral, acabaram fazendo o mesmo que o PCB fez no passado.

Em conformidade com Mirella Rocha (2012), o que houve foi uma “decadência ideológica” em relação ao desenvolvimentismo que o PCB defendia no governo de João Goulart: este defendia aliança com a burguesia, mas era contra o imperialismo

e o latifúndio. Já o PT construiu seus governos em cima de alianças com todas as frações de classe burguesas, incluindo o agronegócio e o imperialismo estadunidense.

## **1.2 A vida e a trajetória intelectual e militante de Marini**

Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, Minas Gerais, em 1932. Ao completar vinte e um anos, iniciou o curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ no Rio de Janeiro, o qual foi interrompido em seguida, por conta de sua aprovação na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Foi na FGV que ele começou seus estudos em Ciências Sociais e teve seu primeiro contato com a teoria nacional desenvolvimentista da CEPAL, por intermédio do professor Guerreiro Ramos. Foi neste momento que Marini se inseriu pela primeira vez no debate sobre a dependência da América Latina (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Com 26 anos, Marini foi para a França com bolsa de estudos e lá teve seu primeiro contato com o marxismo, teoria à qual o surpreendeu bastante e que virou seu objeto de estudo. Por militar no Rio de Janeiro, ele voltou da França decidido a criar as condições para a criação de um partido revolucionário. A partir da Revolução Cubana (1959), abriu-se o caminho para o aprofundamento da luta pelo socialismo na conjuntura latino-americana. Por esta razão, o estudo do marxismo passou a ser uma necessidade. A POLOP foi fundada logo em seguida, em 1961 e o debate dentro do partido era sobre propostas sobre o caráter socialista da revolução brasileira (ao contrário do que pregava boa parte de esquerda) (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Em 1963 se tornou professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Nacional de Brasília (UNB). Junto com Vânia Bambilra, Teotônio dos Santos, André Gunder Frank e outros, ministrou um seminário sobre “O Capital” de Karl Marx, na tentativa de estudar as sociedades latino-americanas sob o viés marxista. O debate sobre a dependência e sobre o socialismo está inserido em um contexto muito concreto da luta de classes do continente e do mundo. Os dois modos de produção (capitalismo e socialismo) se apresentavam como disputa e como viabilidade concreta. Já era um debate que fazia parte da realidade concreta e não apenas ao mundo das ideias (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Com o golpe empresarial-militar de 1964, Marini foi demitido da UNB. Foi preso em julho de 1964 junto com outros dirigentes e militantes da POLOP. Seis meses

[Digite aqui]

depois, conseguiu um *habeas corpus* (ainda existia *habeas corpus* nesta época<sup>7</sup>) e exilou-se na embaixada mexicana, pois fora expulso do país (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Seu primeiro exílio foi no México de 1964 a 1969. Ruy trabalhou como professor e pesquisador no Colégio do México e continuou estudando sobre o capitalismo pela ótica marxista na América Latina. Foi em 1965 que o autor trouxe um novo ponto de vista sobre as relações entre as classes e frações de classes brasileiras umas com as outras e com imperialismo estadunidense: o conceito de cooperação antagônica (como veremos melhor no capítulo 2). Este conceito o ajudou a explicar a estratégia da burguesia nacional e internacional para construir as bases de uma nova fase de expansão do capitalismo. Thetônio dos Santos, que se encontrava exilado no Chile, publicou o referido texto na revista do Partido Socialista Chileno. Na mesma época, seu ensaio “Subdesenvolvimento e Revolução” foi publicado na revista Cubana Tricontinental (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Nos anos de 1966 e 1967, a burguesia mexicana no contexto de luta de classes do país, estava cada vez mais disposta a se submeter ao capital internacional, assim como ocorrera aqui no Brasil uns anos antes. Em 1968 houve muitas manifestações radicais do movimento estudantil no país e conseqüentemente, uma repressão policial brutal. Marini, que já escrevia na imprensa mexicana, foi considerado um dos líderes do movimento das manifestações. (EXPRESSÃO POPULAR, 2014). A condição política e a situação com o governo tornaram sua permanência insustentável no México. Em entrevista com o subsecretário de Gobernación, informa Marini (2005, p.79)

- O senhor está sob a proteção do governo do México, que veria, porém, a sua partida como um gesto de colaboração para que as coisas se normalizem – respondeu-me ele, com inalterável polidez.
- Muito bem. De que prazo eu disponho? – perguntei.
- Como, prazo? O senhor tomou uma decisão; ninguém o está expulsando – foi a resposta.

---

<sup>7</sup> “Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI5), de 13/12/1969, a ditadura militar brasileira suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos e contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”. Consultar em <https://duarterodrigo.jusbrasil.com.br/artigos/529696106/o-habeas-corporus-no-regime-militar-de-1964-ate-a-Atualidade-advocacia-arte#:~:text=Com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ato,social%20e%20a%20economia%20popular.>

Seu segundo exílio foi no Chile de 1969 a 1973. Este foi um período de muitas lutas populares no Chile, fato que permitiu um rápido processo de amadurecimento político de Marini. Lá, vinculou-se ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), organização à qual tornou-se dirigente em pouco tempo. Este foi um período em que ele se tornou ao mesmo tempo professor, pesquisador, escritor e membro do Comitê Central do MIR e tudo ocorreu de forma muito rápida (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Em 1970, representando as forças da Unidade Popular<sup>8</sup>, Salvador Allende foi eleito presidente do Chile. Na mesma época, Marini consegue um posto no Centro de Estudos Socioeconômico da Universidade do Chile. Segundo Jaime Osório

Estávamos reformulando os planos e programas de estudo da Escola de Sociologia, então precisávamos de alguém que tinha mais conhecimento para poder formular um programa adequado. E alguns companheiros nos mencionam que um professor brasileiro, viajando entre Concepción e Santiago, que vinha de um exílio no México, poderia nos ajudar (EXPRESSÃO POPULAR, 2014)

Marini mostrou aos pesquisadores do CESO que era imprescindível para os sociólogos estudar sobre economia. Por esta razão era importante manter uma postura crítica diante do governo de Allende, já que a esquerda conquistara o poder político, mas não econômico e entender os mecanismos deste poder econômico também era fundamental. Foi neste contexto que o autor escreveu sua obra mais importante: *Dialética da dependência*. Nesta obra apresentou seus conceitos mais importantes: dependência, superexploração e subimperialismo (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Em setembro de 1973 houve o golpe empresarial-militar orquestrado pela burguesia chilena. Marini mais uma vez precisa ir embora do país e volta para o México, país onde ocorreu seu terceiro exílio de 1973 a 1984 (com exceção do ano que ele passou no Panamá). Desta vez, houve muitos exilados no México, lugar onde se criou um polo de resistência. Lá, criou-se o Centro de Estudos Latino-Americanos

---

<sup>8</sup> “A Unidad Popular foi uma coalizão de esquerda que venceu as eleições no Chile e integrava as seguintes organizações políticas: Partido Comunista (PC), Partido Socialista (PS), Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU), Acción Popular Independiente (API), Izquierda Cristiana (IC).” (MACIEL, 2018. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2018/06/20/%EF%BB%BFreflexoes-sobre-a-experiencia-do-governo-da-unidade-popular-chileno-1970-1973/>)

(CELA) vinculado à Universidade Nacional do México. O CELA tornou-se conhecido por militantes clandestinos aqui no Brasil (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Como já dito anteriormente, o exílio foi uma experiência doída, entretanto foi ele que permitiu que Marini e outros intelectuais tivessem o contato com uma realidade comum em toda a América Latina em um momento de disputa concreta por um projeto de sociedade. Marini mostrou que para ser revolucionário é necessário o conhecimento das leis que regem o capitalismo, a partir de um rigor científico e metodológico, apenas desta forma poderemos transformá-lo por uma via radical, a via do socialismo. O capitalismo não é uma alternativa para os problemas do próprio sistema (EXPRESSÃO POPULAR, 2014).

Em 1979 houve a lei da Anistia no Brasil. Ruy Mauro Marini voltou de fato para o país em 1984 e não foi uma volta fácil porque por todo o tempo em que esteve exilado, suas produções acadêmicas foram proibidas de circularem aqui, o que o fez não ser conhecido. Como já foi visto anteriormente, quem protagonizou o debate sobre a dependência latino-americana aqui no Brasil foi Fernando Henrique Cardoso. Em 1986, Marini se reintegrou a UNB. (STÉDILE e TRASPADINI, 2005)

### **1.2.1 O aporte teórico de Ruy Mauro Marini e seus fundamentais conceitos**

Ruy Mauro Marini defendia um rigor metodológico na ortodoxia marxista, como já foi dito anteriormente. Ele era contra um marxismo dogmático predominante na esquerda brasileira, um marxismo seguidor de verdades absolutas e que via o desenvolvimento da periferia capitalista como um apêndice do desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais. Vimos como esta esquerda encabeçada pelo PCB defendia um marxismo manualesco e etapista, por orientação do Partido Comunista soviético.

Segundo Mateus Meireles (2014), seja por inúmeros motivos que não entraremos em debate aqui (não por má fé ou qualquer coisa do tipo), muitos marxistas acabaram dando uma importância maior ao aspecto econômico dos escritos de Marx, colocando de lado outras determinações do real como, por exemplo, o aspecto filosófico, cultural, histórico etc. Para Marx, a totalidade é composta por múltiplas determinações que dialeticamente se conectam e que estas últimas não podem ser analisadas de formas separadas, já que a soma das partes separadamente não compõe o todo.

[Digite aqui]

É preciso ter claro que Marx via a sociedade como uma totalidade, ou seja, uma unidade complexa, articulada e hierarquizada nos elementos que a constituem, cuja compreensão não se pode alcançar pela mera somatória das partes, por mais exaustiva que esta seja (MEIRELES, 2014, p. 13)

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja ponto de partida da intuição e da representação. (MEIRELES, apud MARX, 2011, p. 54)

O método marxista pressupõe analisar a realidade partindo primeiramente do que esta totalidade aparenta ser (aparência) através de uma abstração da mesma. Em outras palavras, deve-se partir do concreto para o abstrato. Logo, a separação das múltiplas determinações desta totalidade também precisa ser feita para que sejam estudadas suas conexões entre si e com a totalidade. Mais uma vez, deve-se retornar ao concreto, indo do abstrato ao concreto, só que desta vez, como na espiral dialética de Marx, o concreto não é mais o aparente e sim o pensado, o teorizado. A abstração deve ser utilizada para nos distanciarmos da realidade e separarmos seus elementos mais simples, não para criarmos uma realidade idealizada ao invés de se retornar ao concreto (MEIRELES, 2014)

Desta forma, o que estes marxistas fizeram foi usar o método para a criação de uma realidade fantasiosa para encaixar em uma abstração corresponde a um capitalismo puro e abstrato. É necessário retornar ao real para que não se constitua um pensamento idealista e não materialista. Ainda, segundo Meireles

Essas pressuposições podem ser resumidas numa única construção genial de *A Ideologia Alemã*: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Sobre as implicações conceituais dessa relação dialética entre o saber dos intelectuais e “o todo”, retornaremos a seguir. Antes, é necessário acrescentar, à luz do que foi modestamente exposto acima, que o Marx em sua maturidade – o Marx de *O Capital* – jamais renegou a sua visão geral da sociedade enquanto unidade de contradições (OSÓRIO, 2004b, p. 24). Portanto, não é possível isolar um “Marx filósofo” de um “Marx economista”, da mesma forma que a divisão da sociedade entre “o econômico”, “o político”, “o cultural”, “o social”, etc., não pode ter outra consistência a não ser como método de exposição didática da realidade. (MEIRELES, 2014, p. 15)

Em seu ensaio “Padrão de reprodução do capital”, Jaime Osório (*in* FERREIRA, LUCE e OSÓRIO, 2012) discursa sobre os diferentes níveis de análise que existe dentro do método marxista, uns mais abstratos e outros mais concretos, sendo que cada um deles possui suas próprias características que se inter-relacionam entre si e

[Digite aqui]

com o *corpus* teórico que os formam. Consoante a Osório “é com base nessa perspectiva que se fala de noções como modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura (OSÓRIO, 2012, p. 38)”.

O maior grau de abstração representa a essência das relações e dos processos, mas nem por isso deixa de ser histórica, pois desvenda a ontologia das relações sociais entre os seres históricos de um determinado processo ou sistema. Quanto menos abstrato e mais concreto se torna a análise, mais elementos históricos e heterogêneos entram para serem relacionados com o maior nível de abstração.

Deste modo, o que o Marx escreveu em “O capital” representa o maior nível de abstração possível sobre o modo de produção capitalista. Ali, está apresentado os elementos essenciais que constituem o capitalismo enquanto modo de produção. Abaixo deste nível, temos abstrações como sistema mundial e o sistema mundial capitalista.

Neste nível situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso. O capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea, entre centros, semiperiferias e periferias ou – no atual estágio de maturidade da economia capitalista – entre economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (como Espanha), subimperialismos dependentes (como Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África), sendo que nas três primeiras prevalece a apropriação do valor – apesar de que a partir das segundas também há cedência de valor – e nas duas últimas prevalecem as transferências de valor para todas as anteriores, sob diferentes mecanismos, segundo os diversos momentos históricos. É com base nessas relações que os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento encontram sentido, e não mediante a consideração de economias isoladas como fazem diversas escolas econômicas e organismos internacionais reiteiramente e sob o discurso que apenas mudam de forma. (OSÓRIO, 2012, p. 39-40).

Ainda, para Osório existem mais dois níveis de abstração que são mais concretos: a formação econômico-social e a conjuntura. A formação econômico-social expressa a concretude do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em um determinado Estado-nação. Aqui apresenta-se uma contradição: o capitalismo possui a tendência de se expandir mundialmente, mas teve que fazê-lo através dos limites territoriais das unidades políticas existente, o que para algumas isso foi vantajoso, devido as transferências de valor e para outras nem tanto, como é o caso dos países latino-americanos.

[Digite aqui]



A conjuntura remete a um período de tempo específico de determinada formação econômico-social em que ocorreram processos político-econômicos específicos e por isso possui o maior nível de concretude histórica.

Estes níveis de abstração devem ser levados em conta pelo pesquisador como uma totalidade. Não se deve abandonar o concreto, por exemplo, só porque se passou pelo nível de abstração e teorização, pelo contrário, se deve voltar a ele quantas vezes for necessário pelos motivos já mencionados (MEIRELES, 2014)

O diferencial de Marini foi analisar que a América Latina faz parte do desenvolvimento capitalista mundial como um todo e que se não fosse pela escravização de povos originários do continente e de africanos trazidos à força de suas terras, se não fosse o saqueio e exploração de nossas terras e a colonização brutal e violenta daqui não existiria o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas da Europa.

Em seu texto “Dialética da Dependência” de 1973 (MARINI, 2005), o intelectual consegue analisar o desenvolvimento do modo de produção capitalista e seus mecanismo de expansão e relações sociais próprias à nível global, o capitalismo como um sistema mundial e a América Latina fazendo parte como um território fundamental para a própria existência do modo de produção em si, tanto na Europa, como no resto do mundo. Foi a América Latina que permitiu que ocorresse a acumulação primitiva europeia, ou como nas palavras de Marx, a “pré-história do capital” (MARX, 2012)

Os três conceitos mais importantes desenvolvidos por Marini neste texto são: o conceito de dependência, superexploração e subimperialismo. Veremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo o que significa estes conceitos dentro da teoria dependentista de Marini (assim como outros conceitos também).

Aqui, para finalizarmos este capítulo, falar-se-á de forma rápida o que significa cada um deles. A dependência é, para o autor, a relação de subordinação econômica que foi criada entre os países periféricos (em que está incluída a América Latina) e os países centrais (principalmente Europa e depois Estados Unidos). Se não fosse pelos países periféricos e pelo mecanismo da transferência de valor para os países centrais, não existiria nem o capitalismo na Europa e no resto do mundo, assim como não existiria um maior enriquecimento dos últimos em relação aos primeiros. Este enriquecimento ocorreu historicamente através da escravização de pessoas, da

[Digite aqui]

superexploração de trabalho na América Latina, da espoliação e transferência de valor de uma região para a outra. A dependência teve uma origem histórica, porém ela vem se reproduzindo ao longo do tempo, no sentido de que dentro do capitalismo, a tendência é que os mecanismos capitalistas sempre a ampliem. Em outras palavras, não há como acabar com a dependência sem acabar com o sistema capitalista.

A superexploração é o conceito que explica como as burguesias locais da América Latina conseguiram e conseguem converter a perda de valor para os países centrais sem se saírem prejudicadas do processo. A superexploração envolve remunerar os trabalhadores abaixo do que corresponde o salário destes, ou seja, abaixo do valor do trabalho necessário para a reprodução de vida de proletariado.

O subimperialismo é o mecanismo em que as burguesias dos países “mais desenvolvidos” em termos capitalistas na região conseguiram para reproduzir a dependência aqui no continente. Como não há ampliação do mercado interno nos países latino-americanos (por causa de mecanismo da reprodução ampliada da dependência, como veremos a seguir), estes devem escoar suas manufaturas (sempre menos tecnológicas que as dos países centrais) para outros países “menos desenvolvidos” em termos tecnológicos. Os países subimperialistas (como é o caso do Brasil) continuam subimperialistas em relação aos países centrais, porém se tornam imperialistas em relação a outros países da região.

Estes três conceitos foram explicados aqui de uma forma mais rasa, só para termos ideia do que será abordado mais adiante. No capítulo 2, a seguir, eles serão mais bem aprofundados em congruência com sua teoria e com outros conceitos que Marini usou para explicar os mecanismos que o capitalismo usou para existir, criar e aprofundar a dependência latino-americana. Ao longo do próximo capítulo, perquiremos sobre seu principal texto “Dialética da dependência” de 1973, no qual ele desenvolveu a maioria de seus conceitos. Também analisaremos seu texto “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” afim de elucidar o conceito de “cooperação antagônica”, no qual é de extrema relevância para a análise da relação entre as frações da classe dominante e trabalhadora brasileira e do imperialismo estadunidense no contexto do golpe empresarial-militar de 1964.

## **Capítulo II**

### **Principais conceitos desenvolvidos por Marini e sua importância para a leitura da realidade latino-americana e brasileira**

Neste segundo capítulo, será abordado de forma mais detalhada alguns dos conceitos desenvolvidos por Marini a partir de Karl Marx. Para isso, foi utilizado o texto “Dialética da dependência” de 1973 para a análise da maioria de seus conceitos como: dependência, superexploração do trabalho, subimperialismo, cisão do ciclo do capital e esfera alta e esfera baixa de consumo. Para complementar, far-se-á um diálogo entre os autores Ruy Mauro Marini e Karl Marx para compreendermos que o primeiro se apoiou na teoria do segundo para desenvolver seus escritos e conceitos. Ademais, o rigor metodológico utilizado por Marini é algo visível em toda a sua obra, o que mostra que ele seguiu e se aprofundou no método materialista histórico-dialético para a elaboração de seus conceitos sem transpor mecanicamente a realidade europeia para a América Latina.

Também será examinado o conceito de August Thalheimer “cooperação antagônica”, utilizado por Marini na análise da realidade brasileira, presente em seu texto “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (MARINI, 2017), conceito este que o autor usou para perquirir a relação entre as frações da classe dominante entre si e a relação destas com a classe trabalhadora a partir da década de 1930.

#### **2.1 O texto “Dialética da dependência” de 1973, seus conceitos e o diálogo com Marx**

##### **2.1.1 O método e o processo latino-americano**

[Digite aqui]

O autor Ruy Mauro Marini, em seu ensaio intitulado “Dialética da dependência” de 1973 começa seu texto criticando os dois caminhos mais comuns que os marxistas caem ao analisar a realidade latino-americana: a ortodoxia e o ecletismo. Os marxistas que se intitulam como “ortodoxos” geralmente tentam transpor a realidade europeia para analisar a América Latina e ao fazerem isso rompem com a ligação entre a análise abstrata e concreta do real (há a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato). Acabam caindo em dogmatismos ao invés de incorporarem a dialética entre estes dois últimos aspectos da realidade citados. Este tipo de “desvio”, como o próprio autor chama, ocorre com mais frequência na história econômica. O ecletismo, por outro lado, mistura conceitos de diferentes perspectivas teóricas, fugindo de um rigor metodológico do materialismo histórico-dialético. Segundo Marini, o ecletismo é “a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (MARINI, 2005, p. 137). Isso quer dizer que, em nome de um “enriquecimento” da teoria marxista, o que ocorre verdadeiramente é a sua negação.

Os dois desvios ocorrem porque a realidade Latino Americana apresenta peculiaridades em relação ao “capitalismo puro” europeu descrito por Karl Marx em “O Capital Livro I”. Estas peculiaridades podem aparecer como insuficiências ou deformações em relação aos conceitos da Economia Política Marxista. Muitos estudiosos defendem que existe um “pré-capitalismo” na região, entretanto Marini defende que o que existe é um “capitalismo *sui generis*”, com particularidades próprias de sua formação econômico-social. Este apenas adquire sentido se analisado dentro da perspectiva do capitalismo mundial e seu conglomerado de relações à nível nacional. Marini também pontua que a ortodoxia marxista está em seguir um rigor conceitual e metodológico e qualquer transfiguração mecânica de uma realidade para outra é apenas dogmatismo.

Nos capítulos 24 e 25 do livro “O Capital”, o próprio Marx já aponta indícios de que não existiu um “capitalismo puro”. Ao descrever e analisar o processo de acumulação primitiva, ele deixa claro que até na própria Europa, a transição do feudalismo para o capitalismo não acontece de forma igual de um país para outro. Para ele

na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês,

[Digite aqui]

constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2013, p. 788)

Marx em seguida dissecou o processo histórico inglês, o qual ele chama de “forma clássica de expropriação”. Entretanto, devemos ressaltar que a Inglaterra seria o exemplo clássico do processo da acumulação primitiva<sup>9</sup> e não um modelo a ser seguido. O campesinato desapareceu completamente no país, porém em outros não ocorreu desta forma e o próprio autor escreveu sobre o decurso do mesmo em outros países. Na nota 189 da página 788, ele menciona o exemplo italiano:

A Itália, onde a produção capitalista se desenvolveu mais cedo, foi também o primeiro país a manifestar a dissolução das relações de servidão. O servo se emancipa, aqui, antes de ter garantido para si, por prescrição, qualquer direito à terra. Assim, sua emancipação o transforma imediatamente num proletário absolutamente livre, que, no entanto, já encontra seus novos senhores nas cidades, em sua maior parte originárias da época romana. Quando, no final do século XV, a revolução do mercado mundial acabou com a supremacia comercial no norte da Itália, surgiu um movimento em sentido contrário. Os trabalhadores urbanos foram massivamente expulsos para o campo e lá deram um impulso inédito à pequena agricultura, exercida sob a forma da horticultura. (MARX, 2013, p. 788)

Isso significa que os processos históricos ocorrem de formas distintas e específicas em lugares diferentes, dependendo da formação histórica do país e da conjuntura na qual esses se encontram. Por esta razão, não se pode ter uma análise mecanicista da realidade. O processo brasileiro não se deu e não se dará igualmente ao transcurso britânico. Tentar encaixar uma análise pura e abstrata dentro de uma realidade concreta não passa de dogmatismo e transfiguração de uma realidade para outra e isto não tem nada a ver com dialética. A seguir, discutir-se-á como ocorreu o processo capitalista na América Latina.

---

<sup>9</sup> No capítulo 24 da célebre obra de Karl Marx, intitulada “O Capital”, o autor aponta já no primeiro item que a “*assim chamada acumulação primitiva*”, termo de Adam Smith, é nada mais que o processo histórico de surgimento de duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. O conceito “acumulação primitiva” já era usado pelos economistas liberais e primeiramente foi formulado por Adam Smith. Conforme a economista marxista Marina Gouvêa (2020), a tese central do capítulo é contrapor a visão majoritária na economia política de que existiria uma “acumulação primitiva” que, de acordo com Smith proveniria da “Teoria da abstinência”. Esta teoria defendia que o capitalista seria um poupador e, através desta poupança, viria o dinheiro inicial que seria investido no ciclo do capital. Marx, durante o capítulo inteiro, esmiúça que a tal “acumulação primitiva” seria na verdade um processo histórico violento de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção pertencentes a ela. Foi um longo movimento histórico pontual, mas que também vem se reproduzindo ao longo da história e ainda o faz atualmente. Processo no qual as trabalhadoras e trabalhadores deixam de ter acesso aos meios de produção e reprodução da própria vida. Como uma “pré-história” do capital, nos termos de Marx, ele pontua também que foi o período de constituição do proletariado e da burguesia. Esta expropriação teve como contrapartida a concentração dos meios de produção nas mãos da burguesia. [Digite aqui]

### 2.1.2 A América Latina e a acumulação primitiva

Segundo Marini, em meados do século XVI, durante a fase do capitalismo comercial na Europa, a América Latina se desenvolveu em combinação com o processo de surgimento do capitalismo internacional. Foi a região que permitiu o desenvolvimento deste capitalismo “puro” já que forneceu à Europa os meios de pagamento necessários (ouro e prata), gêneros exóticos, o aumento do fluxo de mercadorias, propiciando o desenvolvimento do capitalismo comercial e bancário, sustento da manufatura e criação da grande indústria.

Para Marx

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. (...) Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 821)

Foi a colonização que permitiu o surgimento, a aceleração e a expansão do capitalismo no mundo e não existiria o modo de produção capitalista se não fosse por ela. A Inglaterra, através das transferências de valor, assumiu o predomínio do processo dentro do continente europeu. Isto significa que a colonização foi fundamental para que ocorresse a acumulação primitiva. Em concordância:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas em um hibernáculo. As ‘sociedades *monopolia* (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. (MARX, 2013, p. 823)

Também é importante ressaltar a centralidade que teve o papel do comércio de pessoas escravizadas, tanto de negros arrancados de forma violenta da África, como

de indígenas no continente americano, para a acumulação primitiva de capital. Se não fosse pela escravização, não existiria o capitalismo na Europa<sup>10</sup>.

### 2.1.3 A dependência Latino Americana

A Revolução Industrial permitiu a criação da grande indústria e foi durante este processo histórico que ocorreu a subordinação real do trabalho ao capital conforme Marx. Há também aqui a cisão do campo em relação à cidade com cercamento dos campos na Inglaterra proporcionado pelo surgimento da grande Indústria. Ao mesmo tempo, no século XIX, ocorre a independência política das colônias americanas e estas passam a depender economicamente da Inglaterra, que se torna a principal metrópole. A configuração de troca se torna a seguinte: os países americanos produzem os bens primários que alimentarão a classe trabalhadora europeia e servirão de matéria prima para a indústria em troca de bens manufaturados mais obsoletos em relação aos que circulam nos países centrais. É neste momento também que começa uma enorme contração de dívidas para os países latino-americanos (MARINI, 2005)

Se configura, então, a Divisão Internacional do Trabalho e o início da dependência Latino Americana. Para Marini, a dependência é

Entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2005, p. 141)

Marini pontua ainda que “a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência” pois estas seriam etapas diferentes do fenômeno.

Ainda

No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com a economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se

---

<sup>10</sup> Sobre o tráfico de negros e os regimes mercantil-escravistas como parte da acumulação primitiva de capital, Douglas Rafael Martins possui este artigo aprofundando o tema. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglcleftindmkaj/http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201851111445.pdf>

estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho. (MARINI, 2005, p. 141-142)

Para que exista o desenvolvimento da grande indústria é necessário que haja a produção de produtos agrícolas em larga escala para alimentar a nascente classe trabalhadora europeia, ou seja, não existiria esta indústria se não fosse pelos países da América Latina. Os últimos se especializaram em exportar os produtos agrícolas responsáveis pela reprodução da força de trabalho industrial e permitiu que ela se especializasse no trabalho fabril. Esta condição permitiu que os países centrais não se “preocupassem” em alimentar sua classe explorada e que se especializassem na produção das manufaturas.

Os países latino-americanos também se responsabilizaram pela produção das matérias-primas usadas nas fábricas e, à medida que estas cresciam, a demanda por àquelas também aumentava.

Essa função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado um novo estágio. (MARINI, 2005, p. 144)

À medida que a classe trabalhadora cresce nos países centrais, também cresce a demanda por alimentos e espécimes agrícolas. Além disso, a América Latina contribuiu para que o eixo de acumulação na economia central se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, assim dizendo, que a acumulação dependa mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que a exploração do trabalhador.

Em sentido antagônico a isto, o que permitirá o exposto acima nos países latinos é uma maior exploração do trabalhador aqui na região. Este é o caráter dialético e contraditório da dependência latino-americana.

A incorporação da América Latina ao mercado capitalista mundial propiciou que o eixo de acumulação se deslocasse da mais valia absoluta para mais valia relativa na Europa. Cabe pontuar aqui, que a mais valia relativa não se reduz apenas ao aumento da produtividade do trabalho. Segundo Marx:

Acelerar a acumulação mediante um desenvolvimento superior da capacidade produtiva do trabalho e acelerá-la por meio de uma maior exploração do trabalhador, são dois procedimentos totalmente distintos (MARINI, 2005 apud MARX, pg. 137)

Ao aumentar a produtividade em uma fábrica, o capitalista consegue baratear o valor da mercadoria em relação aos demais capitalistas. Deste modo, ele consegue

[Digite aqui]



um lucro extraordinário em relação aos outros. Com o passar do tempo, a tecnologia incorporada por este é absorvida pelas demais empresas e o preço tende a se estabilizar novamente. A determinação da taxa de mais valia é dada pelo grau da exploração do trabalho, ou seja, a relação do trabalho excedente e o trabalho necessário (correspondente ao salário). Apenas a alteração desta proporção favorável ao capitalista (o aumento do trabalho excedente sobre o necessário) aumenta a taxa de mais valia. Segundo Marini:

Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho. (MARINI, 2005, p. 146)

Para fins didáticos, elaboremos um exemplo: um operário de uma fábrica produz sapatos. Ele obviamente necessita de sapatos para poder trabalhar e circular pela cidade. Logo, este trabalhador necessitará comprar pelo menos um par de sapatos que ele mesmo produziu, ou seja, usará parte de seu salário (trabalho necessário) para fazê-lo. Isso significa que uma parte de seu trabalho necessário retornará ao capitalista em forma de lucro pela compra da mercadoria e desta forma o burguês além de ter ficado com seu trabalho excedente ficará também com parte de seu salário.

O papel da América Latina no mercado mundial, como já mencionado anteriormente, era o de fornecer os alimentos para a nascente classe trabalhadora e população urbana europeia. Os alimentos também são considerados bens-salários, já que é uma parte fundamental e significativa da reprodução da força de trabalho. Como os países latino-americanos exportavam mercadorias muito mais baratas que importavam (as manufaturas) havia uma depreciação no preço destes produtos primários (deterioração dos termos de troca). Por conseguinte, transferia mais valor para os países centrais, pois as empresas eram em grande medida estrangeiras e o capital gerado ia para lá, os produtos feitos por esses trabalhadores que ganham menos, também custam menos, reduz-se o custo de produção da matéria-prima.

Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. (STÉDILE e TRASPADINI, 2005, p. 147)

Todavia, cabe aqui assinalar que a inserção da América Latina no comércio capitalista internacional se deu de forma contraditória (e aqui se encontra a dialética

[Digite aqui]

do processo). Com o avanço da industrialização no continente europeu e o crescimento da classe trabalhadora, precisa-se de uma massa cada vez maior de alimentos para a reprodução de sua força de trabalho. Assim, o aumento da produtividade aqui na região latino-americana teve que ocorrer para acompanhar este crescimento. A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante e o capital variável. Para se aumentar a produtividade, é preciso que se aumente o investimento em capital constante e, conseqüentemente, aumenta-se a composição orgânica do trabalho

Isso se deve a que, como assinalamos antes, o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital. Assim sendo, o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente a mais-valia produzida, mas a parte desta que lhe corresponde sob forma de lucro. (MARINI, 2005, p. 147)

Contudo, a taxa de lucro é representada pela mais-valia em relação ao total do capital investido na produção (capital constante mais capital variável). Isso significa que um aumento do investimento em capital constante leva à queda da taxa de lucro. A burguesia historicamente introduziu mecanismos para reverter essa queda. No continente americano, para contrapor a esta tendência, utilizou-se o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional. Deste modo, alimenta-se a crescente oferta de demandas por alimentos nos países industriais e ameniza este caráter contraditório da acumulação capitalista. Foi a deterioração comercial que forçou a América Latina a produzir em maior escala (deterioração dos termos de troca).

Podemos chegar a seguinte pergunta: como as matérias-primas são desvalorizadas na América Latina se não há um aumento da capacidade produtiva do trabalho como há nos países centrais (já que o maquinário aqui é bem mais obsoleto)? Isso acontece justamente por causa da deterioração dos termos de troca, ou seja, a exportação de bens primários e a importação de manufaturas (que valem muito mais que os primeiros). Foi a deterioração comercial que forçou a América Latina produzir em maior escala.

Em um nível maior de abstração ou teoricamente, a troca entre as mercadorias se expressa na troca entre equivalentes, isto é, mercadorias que têm o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário empregado em suas produções são trocadas [Digite aqui]

entre si. Dentro de um mesmo ciclo de produção, ou dentro de uma mesma nação há várias maneiras de se realizar transferência de valor transgredindo as leis de troca. Entretanto, há que se diferenciar as trocas dentro de uma mesma nação e entre duas nações distintas.

Para Marini “No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de trocas; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas” (MARINI, 2005, p. 151). A transferência de valor entre as nações burla a lei do valor, em outras palavras. As nações cujas fábricas investem em uma maior capacidade produtiva do trabalho (maior investimento em capital constante) conseguem um lucro extraordinário em relação às nações em que isso não ocorre.

No segundo caso- transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas- o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2005, p. 152)

O exposto acima nos mostra que os países centrais possuem um monopólio de produção que os favorece. Para que se chegue a uma maior capacidade de produção, as nações desfavorecidas exploram mais ainda seus trabalhadores. Essa maior exploração da força de trabalho se dá por uma maior intensificação do trabalho, pelo prolongamento de sua jornada ou combina-se os dois mecanismos citados. O comércio internacional implica esta perda de renda para as nações desfavorecidas e estas não tentam ir contra esta tendência. Para que isto seja compensado, lança-se mão da maior exploração da força de trabalho. Na verdade, a apropriação de valor dos países centrais em relação aos periféricos é uma apropriação da mais-valia expropriada dos trabalhadores destes últimos. A transferência de valor é uma transferência de mais-valia. Esta transferência implica em uma queda da taxa de mais-valia e, conseqüentemente, da taxa de lucro para a burguesia das nações mais desfavorecidas. A seguir veremos os mecanismos que esta classe operou historicamente para ir contra esta queda.

#### **2.1.4 A superexploração do trabalho**

[Digite aqui]

Marini pontua, então, que o continente americano deve compensar a perda da mais-valia no plano da produção interna, através de uma maior exploração do trabalhador e não no aumento da capacidade produtiva como ocorre no centro capitalista. A esta maior exploração, Marini nomeou como “superexploração do trabalho” e ele elenca três mecanismos pelos quais o fenômeno se dá. O primeiro mecanismo da superexploração é o aumento da intensidade do trabalho, o segundo é a prolongação da jornada de trabalho e o terceiro é diminuir o consumo do operário além do limite de “normal” da reprodução de seu trabalho, ou seja, uma maior expropriação de parte de seu trabalho necessário.

Precisemos aqui que a utilização de categorias que se referem à apropriação do trabalho excedente no marco das relações capitalistas de produção não implica o suposto de que a economia exportadora latino-americana se baseia já na produção capitalista. (MARINI, 2005, p. 155)

Isto significa que ainda não estamos falando de uma América Latina industrializada e sim de uma região com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Isto propiciou a origem e o desenvolvimento dos tipos de atividades econômicas típicas do Novo Mundo.

De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. (MARINI, 2005, p. 56)

Ou seja, superexplorar a/o trabalhador/a é a única alternativa para o capitalista, e este não pode investir em meios de produção (atentemos que estamos falando aqui de uma oligarquia agrária e não burguesia industrial).

É relevante salientar que o trabalhador não é capaz de repor o desgaste de sua força de trabalho. Nos dois primeiros casos porque há um dispêndio de energia para além do considerado normal e no último lhe é arrancado até a possibilidade de consumir o necessário para a reprodução desta força de trabalho. O trabalho é remunerado abaixo de seu valor necessário para a reprodução da força de trabalho.

Historicamente, nas zonas dedicadas à exportação foi onde o trabalho assalariado se impôs primeiro. A produção capitalista não se apropria apenas dos produtos do trabalho, mas também da força de trabalho. Por esta razão que a escravidão se adaptou melhor ao capital internacional que a servidão (processo parecido com o que ocorreu na transição do feudalismo para o capitalismo na

Europa)<sup>11</sup>. Entretanto, o trabalho escravo não é uma mão-de-obra elástica (de fácil reposição, já que a compra de um ser humano escravizado não se dá tão facilmente), o que se torna um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da força de trabalho. O trabalhador escravizado era sustentado para reproduzir sua força de trabalho, ou seja, deveria ter um “salário-mínimo” constante, não sendo possível o seu rebaixamento. No capitalismo, o que se transforma em mercadoria não é a/o trabalhador/a, mas sua força de trabalho e a classe dominante não se responsabiliza pelo tempo não produtivo do trabalhador. Nas economias escravistas da América Latina a exploração do escravizado é acentuada já que o que interessa ao seu proprietário é a redução dos tempos mortos de trabalho para a produção e a coincidência do tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador. Para Marini

A superexploração do escravo, que prolonga sua jornada de trabalho mais além dos limites fisiológicos admissíveis e redundando necessariamente no esgotamento prematuro, por morte ou incapacidade, só pode acontecer, portanto, se é possível repor com facilidade a mão-de-obra desgastada. (MARINI, 2005, p. 158-159)

A Inglaterra proibiu o tráfico de escravos em 1850 para o Brasil (já havia restrições desde 1830), quando no país se passava o período de auge do ciclo do café. Isto fez com que a mão-de-obra se tornasse mais inelástica ainda e os senhores do Sul já pressionavam pela proibição do trabalho escravo. Esses preferiram apelar para o trabalho assalariado, incorporando mão-de-obra imigrante europeia branca em suas lavouras. O próprio autor fala em desenvolvimento de um “capitalismo agrário”.

Recordemos que uma parte importante da população escrava encontrava-se na decadente zona açucareira do Nordeste e que o desenvolvimento do capitalismo agrário do Sul impunha sua liberação, a fim de constituir um mercado livre de trabalho. A criação desse mercado, com a lei da abolição da escravatura em 1888, que culmina uma série de medidas graduais nessa direção (como a condição do homem livre assegurada aos filhos de escravos etc.) constitui um fenômeno dos mais interessantes; por um lado, definia-se como uma medida extremamente radical, que liquidava com as bases da sociedade imperial (a monarquia sobreviverá pouco mais de um ano à lei de 1888) e chegava inclusive a negar qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários de escravos; por outra parte, buscava compensar o impacto de seu efeito, por meio de medidas destinadas a atar o trabalhador à terra (a inclusão de um artigo no código civil que vinculava à pessoa as dívidas contraídas; o sistema de ‘barracão’, verdadeiro monopólio do comércio de bens de consumo exercido pelo latifundiário no interior da fazenda etc.) e da outorga de créditos generosos aos proprietários afetados. (MARINI, 2005, p. 160)

---

<sup>11</sup> Em “O Capital”, Marx descreve que durante o processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, a nascente burguesia utilizou bastante trabalho escravo (mais que a servidão) para arrancar seus lucros, sob base de muita violência.

Uma das vias da América Latina chegar ao capitalismo foi um sistema misto de servidão e trabalho assalariado (o continente permitiu a existência do capitalismo na Europa e no mundo, porém também passou internamente por um processo transitório ao capitalismo).

Marx chega a uma conclusão parecida sobre o processo europeu, ao dizer que os nascentes arrendatários de terras eram tão capitalistas quanto os fabricantes. O escritor mostra que a origem das relações capitalistas de produção não surgira com a grande indústria, apesar de a subsunção real do trabalho ao capital apenas ocorrer com o seu surgimento. Durante a acumulação primitiva, que iniciou dentro do período feudal para a Europa (a transição do feudalismo para o capitalismo durou cerca de trezentos a quatrocentos anos) houve uma subsunção formal do trabalho ao capital, baseado sobretudo em leis coercitivas. E foi durante o feudalismo que as relações capitalistas de produção surgiram no campo.

É importante observar esta origem, pois o capitalismo é comumente associado apenas às indústrias. No caso do Brasil, por exemplo, durante muito tempo e até hoje, parte da esquerda defendeu e defende que haja uma revolução burguesa que acabe de vez com o poder das oligarquias agrárias no passado e, hoje, o agronegócio. Uma visão errônea ao meu ponto de vista, já que existe capitalismo no campo e a indústria no Brasil já nasceu dependente da oligarquia agrária, como veremos mais adiante. (MARINI, 2017)

Enfim, o escritor discorre sobre a origem dos arrendatários capitalistas no campo e como o começo da venda da força de trabalho também está no mesmo. As relações capitalistas surgem primeiramente de relações não capitalistas e vão crescendo e se desenvolvendo à medida que ocorre a transição do feudalismo para o capitalismo, na Europa e se intensifica o processo de colonização na América, na África em parte da Ásia, como o avanço do tráfico de pessoas escravizadas. É considerável ressaltar também que o capitalismo enquanto modo de produção não surge durante a Revolução Industrial, mas sim antes. A Revolução Industrial apenas acelerou o processo e o subverteu, amplificou e espalhou pelo mundo as relações deste modo de produção. Foi durante este marco que a vitória do capitalismo foi selada. Marx chama o capital que se insere na esfera produtiva de capital industrial porque a indústria foi o grande salto em termos de desenvolvimento das forças produtivas que possibilitará o capitalismo ser o que ele é. Seu surgimento fez o papel

[Digite aqui]

predominante deste salto. Foi durante sua expansão pelo mundo que se acelerou a divisão social do trabalho e o sistema submeteu tudo ao mesmo.

No capítulo 24, assim sendo, especificamente, Marx perquire sobre a origem dos capitalistas, e que, na Inglaterra, esta origem viria a ser os arrendatários de terra. Conforme ele:

Depois de termos analisado a violenta criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguinária que os transforma em assalariados, a sórdida ação do Estado, que, por meios policiais, eleva o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital, perguntamo-nos: de onde se originam os capitalistas? Pois a expropriação da população rural, diretamente, cria apenas grandes proprietários fundiários. No que diz respeito à gênese do arrendatário, poderíamos, por assim dizer, tocá-la com a mão, pois se trata de um processo lento, que se arrasta por muitos séculos. (MARX, 2013, p. 813)

Marx trata assim do surgimento vagaroso do capitalismo no campo na Inglaterra e de como os arrendatários foram virando capitalistas industriais. Ainda, para ele:

Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra e dá lugar ao arrendatário propriamente dito, que valoriza seu capital próprio por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais-produto, em dinheiro ou *in natura*. (MARX, 2013, p. 813-814)

O constante aumento dos preços do cereal, da lã, da carne, em suma, de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, estava contratualmente fixada em valores ultrapassados. Desse modo, ele se enriquecia, a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*. Não é de se admirar, pois, que a Inglaterra, no fim do século XVI, possuísse uma classe de 'arrendatários capitalistas' consideravelmente ricos para os padrões da época. (MARX, 2013, p. 814-815)

Em seguida, o escritor explica como o processo de expropriação e expulsão de uma parcela da população rural libera os trabalhadores para trabalharem nas indústrias e cria o mercado interno necessário para que as mercadorias se realizem. É interessante notar que a maior parte dos consumidores dos arrendatários de terras passaram a ser as manufaturas, ou seja, as duas frações das nascentes classes dominantes dependiam uma da outra.

Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se agora em artigos de manufatura. (MARX, 2013, p. 818)

É relevante expor que no Brasil, no início do século XX, durante o processo de industrialização por volta da década de trinta, a nascente indústria também dependia das matérias-primas produzidas pela antiga oligarquia agrária e também das divisas obtidas no comércio exterior a partir de exportação dessas matérias-primas (MARINI, 2017)

Marx deixa claro que o arrendatário também é um “capitalista industrial”: “Industrial, aqui, em oposição a agrícola. Em sentido ‘categórico’, o arrendatário é um capitalista industrial tanto quanto o fabricante.” (MARX, 2013, p. 820). Ainda, neste item, o autor fala da gênese do capitalista industrial e que esta foi bem mais rápida que a do arrendatário de terras e isso se deu por causa do novo mercado mundial possibilitado pelas novas descobertas do século XV (a colonização), o que mostra, mais uma vez, que a colonização latino-americana foi fundamental para a existência do modo de produção capitalista.

### **2.1.5 A cisão do ciclo do capital e da “esfera alta” e “esfera baixa” de consumo**

Voltando à Marini, como visto anteriormente, a dependência latino-americana se baseia em uma contradição: o favorecimento de uma maior capacidade produtiva do trabalho nos países centrais e a superexploração do trabalho dentro da economia interna. Ele pontuou também que nos países latino-americanos há uma cisão do ciclo do capital, ou seja, a produção ocorre dentro da economia nacional, porém a circulação se dá nos países europeus. Isto significa que na América Latina, a produção não se baseia na capacidade interna de consumo, evidenciando ainda mais uma contradição capitalista: a separação entre estas duas fases do ciclo do capital: a produção e a circulação de mercadorias. Aqui, escancara-se a contradição inerente do capitalismo: a oposição entre o capital e o trabalhador enquanto vendedor de sua força de trabalho e comprador de mercadorias. Segundo Marini

O consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação. (MARINI, 2005, p. 163)

Na América Latina, “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia.” (MARINI, 2005, p. 164). A propensão do sistema, assim sendo, é a de explorar ao máximo a mão de obra dos trabalhadores, sem que exista uma preocupação de sua reprodução e se [Digite aqui]



aproveita seu máximo esgotamento já que o exército industrial de reserva é expressivamente grande.

Ao mesmo tempo, a burguesia americana, que também precisa consumir, satisfaz tal consumo através das importações de manufaturas mais obsoletas dos países centrais. Parte da mais-valia não acumulada<sup>12</sup> no processo de produção se orienta para a compra destas manufaturas. Desta maneira, há um processo de estratificação do mercado interno entre “esfera alta” e “esfera baixa” de consumo. A “esfera alta” da circulação, à qual o sistema tende a ampliar, é o consumo suntuário da classe capitalista que se dá através das importações. A “esfera baixa” da circulação é o consumo dos trabalhadores, o qual o sistema força por restringir, baseado na produção interna (de pequena escala, o que eleva os preços das mercadorias). A partir do exposto se configurou, portanto, a deterioração dos termos de troca: a América Latina importa manufaturas e exporta bens primários e alimentos.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2005, p. 164)

Foram nestas bases que ocorreu o processo de industrialização da América Latina, como veremos a seguir.

### **2.1.6 O processo de industrialização latino-americano**

É de suma importância assinalar que os países da América Latina como Chile, Argentina, México, Brasil e outros nunca verdadeiramente se conformaram em sociedades plenamente industriais até a década de 1970 (o autor escreveu o texto em 1973. O setor que mais se desenvolveu sempre esteve ligado à produção e exportação de bens primários, o qual constitui o principal eixo de acumulação capitalista.

Foi durante o período entre a primeira e a segunda Guerras Mundiais que o capitalismo central passou por uma profunda crise. Neste período houve a interrupção da produção capitalista internacional pois os países estavam em guerra. Isso impediu

---

<sup>12</sup> A mais-valia em forma de lucro que não retorna ao ciclo do capital, mas sim é usada para o consumo pessoal do capitalista.

a classe dominante latino-americana de importar os bens manufaturados consumidos pela mais-valia não acumulada. O eixo de acumulação agora passou a se deslocar em sentido à industrialização e a nascente burguesia brasileira passava a realizar a “substituição de importações”. Deste modo, pode-se chegar à conclusão equivocada de que os países periféricos pudessem se desenvolver e se igualar aos países europeus. Contudo, é significativo recordar que a indústria europeia se desenvolveu com base na maior produtividade do trabalho e no aumento da mais-valia relativa do trabalhador, ou seja, o proletário além de produtor também é o consumidor das mercadorias que ele mesmo produz. Ao comprar alimentos importados dos países agroexportadores a preços mais baixos, lhe sobra mais de seu salário para a compra das manufaturas.

Já aqui na América, a indústria se desenvolveu para produzir as manufaturas que antes eram importadas pela nossa classe dominante, isto é, a produção se voltou a produzir para a esfera alta de circulação. Os consumidores desta esfera é a própria classe dominante. Logo, para o autor o desenvolvimento capitalista na periferia acentuaria e não abrandaria as diferenças entre a América Latina e os países centrais.

É por isso que a produção industrial, nesse tipo de economia [central], concentra-se basicamente nos bens de consumo popular e procura barateá-los, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho e portanto - à medida que as condições em que se dá a luta entre operários e os patrões tende a aproximar o salário deste valor - na taxa de mais-valia. Vimos que essa é a razão fundamental pela qual a economia capitalista clássica deve se orientar para o aumento da produtividade do trabalho. (MARINI, 2005, p. 168)

No capitalismo “clássico”, em que o processo produtivo está baseado em uma maior capacidade do trabalho, a acumulação de capital se orienta para a produção de bens-salários consumidos pelos próprios trabalhadores. Lá, a circulação também se divide entre esfera alta e baixa, pois o processo produtivo também se alarga para a produção de bens supérfluos. Todavia, a distância que há entre uma e outra não é tão grande. A expansão da esfera alta, de bens suntuários, é consequência da transformação das condições de produção. “A ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe.” (MARINI, 2005, p. 169) Os bens suntuários nestes países tendem a se converterem em bens populares com o passar do tempo porque a demanda mundial por estes bens não é tão grande. A demanda entre as economias centrais é pequena pois se uma avança a outra tem de fazê-lo também para não ficar em desvantagem em relação ao lucro extraordinário da [Digite aqui]

primeira. Em relação aos países dependentes, a demanda se restringe à classe alta e, devido à alta concentração de renda, essa não pode ser muito grande. Na Europa, para que haja uma expansão desses bens, estes devem se expandir também para a classe proletária no interior da própria economia. Os salários são elevados porque na América Latina estes são rebaixados.

Nos países dependentes, a industrialização ocorreu sob estruturas diferentes. O autor pontua o seguinte:

Empregamos o termo 'industrialização' para salientar o processo pelo qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter em eixo de acumulação de capital. É por isso que consideramos que não se dá um processo de industrialização no seio da economia exportadora, em que pese o fato de que se observa nessa economia atividades industriais. (MARINI, 2005, p. 169)

O exposto demonstra que o autor defende que não se teve um processo de industrialização de fato até a década de 1970 e sim atividades industriais. O que explicaria atualmente no Brasil, a antiga oligarquia agrária (hoje, o agronegócio) ainda exercer muito poder político-econômico e a exportação de commodities ainda ser extremamente significativa para o PIB brasileiro.

Marini ainda sublinha que a indústria que começa a nascer é débil e que só se tem seu desenvolvimento potencializado quando ocorrem crises do capitalismo internacional. O capitalismo central foi capaz de criar e orientar a demanda das mercadorias produzidas, entretanto, nos países dependentes a demanda já era existente quando a indústria se originou (nos países centrais). A indústria brasileira e latino-americana nasce sem precisar se preocupar em atender demandas populares e por isso o nível de salários continuou sendo abaixo do normal para a reprodução da força de trabalho. O fato de o exército industrial de reserva ser extremamente numeroso também facilitou para que os salários estivessem sempre abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é dissociação entre produção e circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre esfera alta e esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (MARINI, 2005, p. 171)

Há uma cisão entre a esfera alta e a esfera baixa de circulação nos países dependentes. Por esta razão as manufaturas não são fundamentais no consumo da classe trabalhadora e por conseguinte, a burguesia não precisa se preocupar em diminuir o preço de suas mercadorias. Por isso, não há uma preocupação em aumentar a produtividade do trabalho para abaixar o valor unitário de uma manufatura. O aumento da mais-valia se dá, mais uma vez, pela superexploração do trabalho.

Nas economias centrais, as manufaturas precisaram entrar no consumo dos trabalhadores, quando a demanda das classes altas se equivalera com a oferta das indústrias. Nos países dependentes houve dois tipos de adaptações: a primeira foi a ampliação do consumo da esfera alta para a classe média e o esforço para o aumento da produtividade do trabalho. A segunda é novamente buscar importar tecnologia estrangeira para a aceleração do aumento da capacidade produtiva do trabalho. Poder-se-ia chegar à conclusão de ser possível ampliar a capacidade de consumo dos trabalhadores e aí também girar o eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a relativa. Porém, para não perder a superexploração, o que permitiu neutralizar tal tendência foi a ampliação do consumo para as camadas médias e não poderia ser diferente já que a tecnologia dos países centrais acelerou o aumento da capacidade produtiva com uma velocidade muito mais rápida que ocorreria normalmente.

### **2.1.7 O subimperialismo**

Em meados de 1950, os países centrais já haviam superado a crise pela qual passaram a partir de 1910 (a crise do setor externo para a América Latina). O eixo de acumulação, desde então, passou a colocar os Estados Unidos como centro imperialista do capital internacional. As grandes corporações capitalistas passaram a precisar escoar esta abundante acumulação para o setor industrial dos países periféricos. O investimento na nascente indústria latino-americana se deu pela exportação de maquinários cada vez mais obsoletos para os países mais ricos, enquanto a tecnologia de ponta continuou sendo produzida exclusivamente pelos últimos.

O processo de industrialização latino-americano inaugurou uma nova divisão internacional do trabalho. O que se estabeleceu foi uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, com os Estados Unidos como o país que produz

[Digite aqui]

tecnologias mais avançadas que os demais países de capitalismo clássico, porém estes todos como grandes acumuladores de capitais e exportadores de tecnologia de ponta para os países periféricos (estamos falando aqui da conjuntura em que o texto foi escrito, a década de 1970).

Falou-se anteriormente sobre como a nossa industrialização se desenvolveu para atender a esfera alta de circulação de mercadorias. No entanto, o consumo de bens supérfluos apresenta um problema de realização se as indústrias começam a crescer, isto porque o número de pessoas que são das classes altas é bem menor que o das classes populares. Para a solução deste problema, o recurso usado é a intervenção do Estado, através do alargamento do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo. Igualmente, ele também intervém na inflação, a fim de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta de consumo, o que provocou ainda mais o rebaixamento dos salários dos trabalhadores. Deste modo, de acordo com Marini

Mas na medida em que se comprime dessa forma a capacidade de consumo dos trabalhadores, é fechada qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender o consumo popular. Não pode ser, portanto, motivo de surpresa que, enquanto as indústrias de bens supérfluo crescem a taxas elevadas, a indústria orientada para o consumo de massas (as chamadas 'indústrias tradicionais') tendem à estagnação e inclusive à regressão. (MARINI, 2005, p. 178)

Assim, a industrialização da América Latina ocorreu com base na superexploração do trabalho. A burguesia nascente não podia orientar a produção para atender as demandas populares para que houvesse a compressão salarial, portanto orientou-se para atender os interesses das classes altas e médias. Por volta da década de 1960, o que se observou foi mais um problema de realização destas mercadorias e a solução foi expandir o mercado para países "menos desenvolvidos". "A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais, quanto de produtos supérfluos, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores articuladores que a afligem." (MARINI, 2005, p. 179)

A este fenômeno descrito, parecido com o que ocorreu nos países centrais, porém sob outras bases de desenvolvimento, chama-se subimperialismo. O Brasil, dentro do continente americano, realiza este papel. Contudo, o subimperialismo não é estritamente uma ocorrência brasileira. Ainda, consoante o autor

É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua

sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente. Na Argentina ou em El Salvador, no México, Chile, Peru, a dialética do desenvolvimento capitalista dependente não é essencialmente distinta da que procuramos analisar aqui, em seus traços mais gerais. (MARINI, 2005, p. 180)

A seguir, veremos como se passou o processo de industrialização mais especificamente no Brasil.

## **2.2 O processo de industrialização brasileiro**

Como foi visto anteriormente, na América Latina, o processo de industrialização ocorreu de forma diferente que nos países centrais. Aqui, por já ser uma formação econômica voltada para a exportação de bens primários a industrialização se deu com base nesta configuração (de dependência). A América Latina, desde que foi invadida, nasceu em função de encher as metrópoles com os meios de pagamento (metais preciosos) contribuindo para a acumulação primitiva que daria as condições objetivas para o desenvolvimento capitalista nos países centrais. Em meados do século XIX, a região consegue sua independência política, mas não econômica, passando a girar em torno da Inglaterra e tornando possível sua industrialização. O continente se especializou em fornecer os produtos primários e matérias-primas, permitindo a reprodução da classe trabalhadora nos países centrais e que esta vendesse sua força de trabalho única e exclusivamente para a indústria.

Isso permitiu que a indústria se desenvolvesse nos países centrais e que a mais-valia absoluta se deslocasse para a relativa nesses lugares (de forma estrutural, combinando as duas). À custa da América Latina, as burguesias dos países europeus conseguiram aumentar a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que não precisavam se preocupar com a reprodução de sua classe trabalhadora, pois esta comprava alimentos muito mais baratos vindos do exterior e sobrava mais de seu salário para o consumo das mercadorias por ela produzidas. Houve uma transferência de valor do continente americano para os países centrais e isso se deu pela superexploração do trabalhador aqui, ou seja, a economia agroexportadora remunerava seus trabalhadores abaixo do necessário para a sua reprodução normal, tomando parte de seu trabalho necessário. Como o foco da economia era o mercado

[Digite aqui]

externo, não se tinha a preocupação da criação de um mercado interno para esses trabalhadores.

A transferência de valor ocorreu nessas bases: os países industrializados sem se preocuparem com a reprodução de sua força de trabalho conseguiram investir em capital constante (meios de produção) aumentando a produtividade do trabalho. Os operários podiam comprar mercadorias bem baratas de fora, sobrando uma maior parte de seu salário (trabalho necessário) para consumir as mercadorias por eles produzidas. Estas eram barateadas por causa do investimento tecnológico, logo as burguesias basearam a exploração do trabalho na extração de mais-valia relativa (quando a produtividade do trabalho aumenta e é intensificada e o trabalhador consegue consumir esses produtos, utilizando parte de seu trabalho necessário para voltar ao ciclo do capital). Como essas nações conseguiram um lucro extraordinário em relação às economias agroexportadoras por investir em capital constante, essas últimas tinham que compensar superexplorando a sua classe dominada. O que ocorre então é uma transferência de mais- valia para as nações centrais.

Nas economias centrais o ciclo do capital ocorre dentro da própria nação: o operário é ao mesmo tempo produtor e consumidor das mercadorias. Na agro exportação há uma cisão no ciclo do capital: o trabalhador é produtor, mas não é consumidor de seus produtos.

### **2.2.1 A categoria “Cooperação Antagônica”**

Nos anos 1960 e 1970, Marini entrou em um debate com a teoria desenvolvimentista defendida pela CEPAL e pelo Partido Comunista brasileiro, como já foi visto no capítulo 1. Recapitulando, o PCB assumia que o Brasil colonial possuía caráter feudal e que a classe trabalhadora deveria se unir à nascente burguesia industrial do início do século XX para realizar a etapa da revolução democrático-burguesa para a implementação do capitalismo no Brasil e somente após isso que os trabalhadores deveriam lutar pelo socialismo. Deste modo, a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder através de um golpe, instaurando uma ditadura bonapartista, era lida como uma revolução permanente da burguesia que foi interrompida pelo golpe militar de 1964. O golpe em questão também era interpretado

apenas como uma ação externa dos Estados Unidos para impor o imperialismo no país.

Em seu texto “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (MARINI, 2017), Marini usa a categoria “cooperação antagônica” para mostrar a relação de dependência entre nossa nascente burguesia industrial com os grandes latifundiários e enfatizar o quanto nossas elites também dependiam da burguesia imperialista dos Estados Unidos, contrapondo, deste modo, a tese de que a classe trabalhadora deveria se unir à burguesia tida como “progressista”. Ele refutava esta visão etapista do marxismo que tentava transpor a realidade europeia para a realidade brasileira, utilizando as categorias marxianas de um modo pouco dialético.

O autor diz que a categoria “cooperação antagônica” foi usada pela primeira vez por um marxista alemão chamado August Thalheimer no período pós-guerra para explicar que a acentuação da integração imperialista ou cooperação entre estas burguesias (dos países centrais) desenvolveria contradições internas. Para ele a acentuação do processo monopolista manteve constante a tendência integracionista expressa de maneira mais evidente pela intensificação da exportação de capitais e pela subordinação tecnológica dos países mais fracos.

Esta teoria vai a contraponto à teoria do “ultraimperialismo” de Karl Kautsky que dizia que com a concentração progressiva do capital em um gigantesco truste mundial, se poderia esperar a centralização política correspondente a uma transição necessária e pacífica para o socialismo. O próprio Lênin já refutava esta ideia defendendo que a tendência integracionista apresentada pelo capitalismo mundial (trustificação) se desenvolverá em meio a contradições e conflitos que impulsionarão a tendência oposta antes que aquela chegue a seu auge. A guerra de 1914 e a Revolução Russa, a guerra mundial e os fenômenos por ela engendrados- a formação do bloco socialista e os movimentos de libertação nacional deram razão a Lenin.

Os demais países industrializados (centrais) submetidos à penetração dos investimentos estadunidenses, tornaram-se por sua vez centro de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas dentro do processo ecumênico da integração imperialista. As tensões entre eles (como França e EUA, por exemplo) ainda que não se chegue a uma hostilidade aberta como no passado e que tenham que manter os marcos da cooperação antagônica, obstaculizam o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo

[Digite aqui]



imperialista e atuam em benefício daquilo que tende a destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.

É preciso notar que não é apenas no nível das relações entre os países industrializados que o processo de integração imperialista dá fôlego a sua própria negação. Nos países industrializados com os dependentes isto também ocorre. A exportação de capitais e de tecnologia em direção a essas nações impulsiona o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuindo para criar novas situações de conflito, a partir e dois pontos de vista- interno e externo- e para propiciar uma crise que altera as próprias condições nas quais essa industrialização é realizada.

### **2.2.1 Brasil**

No Brasil, o trabalho escravizado se adaptou bem ao capitalismo mundial até a proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra (fundou o capitalismo e se adaptou a ele). Com uma força de trabalho menos elástica, não havia mais como explorar ao máximo os/as escravizados/as até sua morte, pois não seria fácil a reposição desta força de trabalho. O trabalho assalariado foi importante para que entrasse em jogo a superexploração. Com a grande migração dos trabalhadores do campo para as cidades (enorme concentração de renda nas mãos de poucos latifundiários), o aumento do exército industrial de reserva nas cidades se deu de forma bem significativa, o que permitiu o rebaixamento dos salários a um nível máximo de pauperização da classe (acelerou também o processo de favelização).

Foi neste contexto que a categoria “cooperação antagônica” serviu para analisar a relação entre a nascente burguesia industrial e a classe latifundiária em meados de 1930. No período de 1930 a 1950 a hegemonia política se tornou burguesa com governos bonapartistas (era Vargas). O compromisso de 1937 levou o governo a fazer acordos e pactos com a classe burguesa e a classe latifundiária e também a realizar concessões à nascente classe proletária. Nossa indústria se desenvolveu voltada para a esfera alta de consumo (das classes dominantes) e não para as classes populares. O ciclo do capital que antes era dividido em produção interna para o mercado externo se orientou em produção interna baseada na superexploração do trabalho e consumo das classes altas. O trabalhador continuou a ser superexplorado

sem consumir o que produzia. A industrialização foi crescendo e se desenvolvendo nestas bases (MARINI, 2017)

Entre 1930 e 1937 houve a transição do Estado Oligárquico para o industrial com a oligarquia no bloco de poder. Havia uma complementaridade entre latifúndio e indústria (cooperação antagônica, relação de unidade e contradição). A nascente burguesia dependia das divisas oriundas da exportação do latifúndio para desenvolver a indústria e logo após voltar a importar os bens manufaturados do imperialismo estadunidense. Entre 1937 a 1950 a indústria se desenvolveu enormemente com o apoio do governo varguista. A burguesia industrial começou a ficar em vantagem em relação à classe latifundiária votando muitas vezes contra ela no congresso (um exemplo foi a reforma agrária que em última instância nunca passou). Na década de 1950 ocorreu a crise do setor externo colocando as duas classes em oposição. O compromisso de 1937 sofreu uma cisão vertical. A indústria precisava escoar suas mercadorias para além da própria burguesia local e a saída foi tornar as classes médias suas consumidoras também, sem apostar num aumento real dos salários da classe trabalhadora. A saída também foi a chamada Instrução 113 no governo Café Filho e mantida no governo de Juscelino Kubstcheck que liberava a entrada de capitais estrangeiros no país (MARINI,2017)

Isso fez eclodir várias revoltas da classe dos de baixo (leia-se campesinato e classe operária) primeiro pela Reforma Agrária e depois por melhores condições de vida e diminuição da queda do poder de compra dos salários. A organização sindical aumentou driblando a rigidez imposta pelo governo de Vargas. Novas organizações operárias surgiram além do PCB como a POLOP e o MRT, junto com as Ligas Camponesas. Isso se deu como um rompimento também do compromisso de 1937 e uma cisão horizontal entre a classe trabalhadora e as elites do país. O período de 1950 a 1964 foi esse caos no Brasil, abrindo um período de crise política.

Por outro lado, as economias centrais já haviam se recuperado das crises das guerras e uma nova DIT se configurou com os EUA no centro imperialista. Os EUA precisavam voltar a escoar seus bens manufaturados para os países dependentes (as mais obsoletas para eles, porém avançadas aqui). A instrução 113 caiu então como uma luva para as elites. O Brasil precisava recorrer aos capitais estrangeiros para aumentar sua capacidade produtiva de uma forma mais rápida que o faria sem estes capitais.

[Digite aqui]

Para calar a boca da classe trabalhadora, ocorreu o golpe de 1964 no Brasil, não apenas orquestrado pelos interesses dos EUA mas também das suas frações da classe dominante nacional- a oligarquia latifundiária e a burguesia industrial. Deste modo, essas duas classes voltaram a se complementar e os interesses dos EUA foram atendidos. O Brasil também precisava escoar suas mercadorias para outros países por causa do aumento da produtividade gerado pelo investimento estrangeiro e passou a se tornar um país subimperialista em relação a outros países da América Latina e este processo se iniciou também com o golpe militar de 1964.

Enfim, no final das contas, conclui-se que quem pagou a conta do compromisso de 1937 foi a classe trabalhadora rural e industrial que continuam sendo superexploradas até os dias de hoje.

Assim, a tese de que o Brasil seria um país feudal e que nossa classe trabalhadora deveria ter se aliado à nascente burguesia industrial foi uma tese resultante de uma análise errônea da realidade brasileira, que simplesmente foi transposta da Europa. Mostrou-se como a categoria “cooperação antagônica” nos ajudou a fazer uma análise mais fiel à realidade e como ela nos favorece a entender que nossa burguesia já nasceu nos antros do latifúndio e dependente deste, ou seja, não é nossa obrigação ter uma burguesia que cumpre um papel histórico progressista como o foi na realidade europeia.

## Considerações Finais

O estudo da Teoria Marxista da Dependência vem se mostrando urgente para um entendimento mais aproximado da realidade brasileira e latino-americana. Ter em mente que foi a colonização, a escravização, o saqueio de terras e roubo o que fundou o capitalismo europeu e mundial como conhecemos hoje é ter uma perspectiva à nível global do que vem sendo o capitalismo desde os seus primórdios: a barbárie. Se a partir de um ponto de vista europeu tinha-se a ilusão de que o capitalismo seria um avanço em relação a outros modos de produção e que os direitos humanos foram uma conquista capitalista (sim, foi, porém apenas para eles), ao depararmos com a escravização de negros e indígenas como um dos pilares da acumulação primitiva, por exemplo, vemos que o capitalismo se ergueu em cima de muito sangue e violência. Esta violência não ocorreu apenas em outras partes do mundo como América Latina, África e Ásia. O próprio Marx, no livro 1 de “O Capital” já havia descrito o processo violento que foi a acumulação primitiva dentro mesmo da própria Europa.

Foi através do debate sobre a dependência latino-americana, que Ruy Mauro Marini trouxe de volta o debate sobre o método marxiano, um debate caro e de extrema importância para a esquerda, pois é apenas através de seu estudo que podemos compreender os níveis de análise sem cair em dogmatismos. Sem um entendimento mais profundo do método, a esquerda brasileira historicamente caiu em erros táticos e de análise de nossa formação social ao querer encaixar a realidade latino-americana em um capitalismo abstrato europeu, sem voltar ao concreto real e enxergar que a realidade é composta por múltiplas determinações.

Os conceitos que Marini elaborou também foram revolucionários para o entendimento e análise concreta da América Latina. A transferência de valor para as

[Digite aqui]

economias centrais é o ponto chave (condicionante estrutural) para entendermos a dependência histórica do continente. Esta transferência ocorre através da transferência de mais-valia dos nossos trabalhadores e também através de outros mecanismos como pagamentos de juros e amortizações de dívidas, pagamentos de royalties, transferência de juros e dividendos (CARCANHOLO, 2013). É a partir da transferência de valor que se estruturam todos os mecanismos que ampliam a dependência de nosso capitalismo (uma dependência ampliada, nos termos de Marini).

Para irem contra à esta transferência, nossa burguesia (e todas as suas frações, não apenas a burguesia industrial) e a burguesia imperialista utilizaram do recurso da superexploração do trabalho, o que historicamente só aumenta a desigualdade social da região, a má distribuição de renda, a pauperização absoluta e a intensificação das mazelas sociais. Isto significa que para existir um capitalismo mais desenvolvido no centro capitalista, deve existir uma superexploração da força de trabalho na periferia, ou seja, para que haja um “capitalismo mais humano” ou um *welfare state* lá, deve-se agravar as mazelas sociais aqui. Isto não significa que não exista superexploração da força de trabalho no centro do capitalismo (Marx mostrou que a transição do feudalismo para o capitalismo também foi extremamente violento na Europa), apenas que a superexploração dos/das trabalhadores/as latino-americanos/as é algo estrutural em nosso capitalismo dependente, ou seja, é algo que funda e se perpetua de forma cada vez mais intensificada através do tempo o capitalismo periférico.

O que demonstra isto atualmente é a ofensiva do capital contra o trabalho (o neoliberalismo) desde a década de 1970 nos países centrais e no Brasil desde 1990. Para Jaime Osório (OSORIO, 2012), o neoliberalismo é a configuração de um novo padrão de acumulação de capital. Para os autores Andrade *et al* (2021) o próprio Estado passa por uma reforma gerencial e entra em uma lógica de gestão flexível para se adequar aos moldes de mercado. Há um fomento de um discurso de valorização do empreendedorismo, transformando os sujeitos de direito em “capitais humanos”, colocando-os também dentro de uma lógica de competitividade que passa a gerir toda a vida social. Assim sendo, os direitos conquistados anteriormente são retirados através de “reformas” e o Estado, junto com os representantes do capital financeiro e seus aliados passam a atacar qualquer garantia e acesso por cidadania e justiça

[Digite aqui]

social. Por esta razão o mundo do trabalho se torna cada vez mais hostil aos trabalhadores: direitos antes garantidos pelo Estado são retirados, os trabalhos passam a ser cada vez mais precarizados, os vínculos empregatícios cada vez mais flexíveis, o que faz aumentar a rotatividade do trabalho, junto com a prolongação e intensificação do tempo de trabalho, há o decréscimo dos empregos formais, aumentando de forma contundente o desemprego e a informalidade. Há também um aumento significativo da parcela de miseráveis e de pessoas em situação de pobreza extrema, junto com aumento da fome.

As políticas sociais passam a ser extremamente focalizadas e seletivas para esta parcela de miseráveis, justamente para o sistema não colapsar, pois há o desmonte de sistemas de políticas sociais em rede. Estas também, entram na lógica mercantil, passando a ser atração para investimento de capital, já que há a concessão delas para a iniciativa privada, para que elas as executem e gerenciem, ou seja o aumento da parceria público-privada, assim como o aumento do terceiro setor. O discurso é o mesmo: as pessoas que são pobres ou extremamente pobres não se esforçaram o suficiente para prosperar, são preguiçosos, ociosos ou “vagabundos”. É um reforço de um discurso meritocrático. As pessoas são transformadas em “empresas” que devem competir umas com as outras e os estados entram nessa lógica empresarial, passando a competir internacionalmente entre si, fomentando um discurso nacionalista no interior dos países. Junto a isso, há toda uma reformulação legal e jurídica para o Estado aplicar suas “reformas” e garantir o poder político em prol de aumentar os lucros do capital financeiro. Há também o uso de violência e coerção pelo mesmo.

Cabe aqui analisar que na América Latina nunca houve a implementação de fato de uma rede de proteção ao trabalho, ou seja, nunca houve um Estado de Bem-Estar Social. Isto significa que o capital passou a atacar os ínfimos direitos que já eram extremamente focalizados, o que fez a desigualdade e a miséria crescer em níveis exorbitantes. Os/as trabalhadores/as dos países centrais vem sendo desprotegidos cada vez mais pelo Estado (o que também não é algo bom), porém aqui estes ataques só aprofundam mais e mais a superexploração, já que nossos/as trabalhadores/as quase não têm proteção do Estado historicamente.

A “cooperação antagônica” também nos mostrou que, apesar de existirem contradições entre as frações de classe dominante, quando o status quo é ameaçado

[Digite aqui]

há um pacto entre as burguesias e o imperialismo para continuar o aprofundamento da superexploração do trabalho, como ocorreu no golpe empresarial militar no Brasil. O que mostra mais uma vez o caráter nada “progressista” de nossa burguesia.

O subimperialismo é o mecanismo em que as burguesias de países da região (como no caso do Brasil) utilizaram e utilizam para escoar suas manufaturas já que os países da América Latina não possuem ampliação do mercado interno, como foi visto anteriormente, já que se houvesse esta ampliação elas teriam que renunciar à superexploração da força de trabalho. A solução é o escoamento das mercadorias para países menos desenvolvidos em termos tecnológicos. O Brasil possui todo um poderio econômico e político dentro do continente, entretanto continua dependente do imperialismo.

A conclusão que se chega após todos esses apontamentos presentes trabalho é a de que a superexploração de trabalhadores/as da periferia é o que vem sustentando o capitalismo mundial historicamente. São trabalhadores/as latino-americanos/as, tanto proletários, como camponeses, trabalhadores/as do setor de serviços, trabalhadores/as autônomos sem direitos algum, a grande parcela de desempregados/as que permite o rebaixamento dos salários, são eles ou elas que sustentam a riqueza de todas as burguesias, sejam as dos países centrais ou não.

Marini aponta que a única via para a superação de todas as contradições do capitalismo dependente, do capitalismo como modo de produção à nível mundial e da superexploração da força de trabalho latino-americana é o socialismo, uma ruptura radical com o sistema capitalista de produção. Por dentro do sistema, a mudança que se viu até hoje foi a ampliação da desigualdade e das mazelas sociais na periferia do sistema. Por mais que tenha existido a tentativa de se implementar governos desenvolvimentistas, a burguesia latino-americana e imperialista usou a violência para implementar o que sempre foi seu desejo: o aprofundamento da exploração e a concentração de riqueza em suas mãos.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, Daniel Pereira; ALMEIDA, Silvio; CÔRTEZ, Mariana. **O Neoliberalismo autoritário no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, v.34, p.1-25, e021020, 2021

AYERS, Alison J.; SAAD-FILHO, Alfredo. O crepúsculo da democracia formal: contradições da acumulação e a crise política do neoliberalismo. **Journal of Australian Political Economy**, 86, p. 230-255, 2020. Tradução: Nicole Herscovici

BARRETO, Roberto; CHAO, José-Manuel; DE CARVALHO, Roosevelt; SEKO, Marcelo. Sulamericano (Part. Manu Chao) *In*: BAIANASYSTEM, O futuro não demora, Gravadora Máquina de Louco/Universal MGB/Som Livre, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sSFFf6F-IFY>

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência**. Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro: v.1, n.1, p.191-205, jan./abr. 2013

COMITÊ CENTRAL DO PCB, **Breve histórico do PCB**. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>

DA COSTA, Regis Clemente. A práxis marxista e o intelectual orgânico em Gramsci: a emancipação humana como horizonte. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v.11, n.3, p. 235-247, dez. 2019.

DUARTE, Rodrigo. **O habeas-corpus no regime militar de 1964 até a atualidade: advocacia-arte**. 2018. Disponível em <https://duarterodrigo.iusbrasil.com.br/artigos/529696106/o-habeas-corpus-no-regime-militar-de-1964-ate-a-atualidade-advocacia-arte#:~:text=Com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ato,social%20e%20a%20economia%20popular.>

EXPRESSÃO POPULAR, **Documentário: Ruy Mauro Marini e a Dialética da Dependência**. Youtube, 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ww4\\_HoY-UYA&t=6s](https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA&t=6s)

GOUVÊA, Marina *in* LENDO O CAPITAL, **Aula 18 – O Capital na quarentena – Caps 24 e 25**. Youtube, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=DRr0C1WS\\_FI](https://www.youtube.com/watch?v=DRr0C1WS_FI)



LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018

MARINI, Ruy Mauro *in* STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini: Vida e obra.** 1.ed, São Paulo: Editora Expressão Popular LTDA, 2005

MACIEL, Aline. **Reflexões sobre a experiência do governo da Unidade Popular chileno (1970-1973).** Teoriaedebate, 2018. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/06/20/%EF%BB%BFreflexoes-sobre-a-experiencia-do-governo-da-unidade-popular-chileno-1970-1973/>

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** 6.ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017

MARX, Karl, **O capital: livro I.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013

MARTINS, Douglas Rafael Dias. **O tráfico de negros e os regimes mercantil-escravistas como parte das demandas da assim chamada acumulação primitiva de capital.** Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201851111445.pdf Acesso em: 28 mar. 2023

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.34, p. 1-16, e021003, 2021

MEIRELES, Mateus Filippa. **Origens da Teoria Marxista da Dependência: o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile e a práxis de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos (1966-1973).** Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014

MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador: v.28, n.74, p. 409-425, Maio/Ago. 2015

OSORIO, Jaime *in* LUCE, Mathias; FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2012

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder.** 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014

OURIQUES, Nildo *in* MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** 6.ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017

OVALLE, Iván López; NIELL, Mateo Crossa. Marini y la cuestión del Estado. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 9, p. 49–67, 2017. DOI: 10.20396/cemarx.v0i9.10911. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10911>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PRADO, Fernando Correa. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Disponível em:  
[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3417231/mod\\_resource/content/0/Teoria%20da%20Dep.%20Historia\\_de\\_um\\_ao-debate\\_a\\_trajetoria\\_d.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3417231/mod_resource/content/0/Teoria%20da%20Dep.%20Historia_de_um_ao-debate_a_trajetoria_d.pdf)

ROCHA, Mirela. O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI, análise a partir dos planos governamentais da Era Lula. **Temporalis**, Brasília (DF): ano 12, n.24, p. 325-351, jul./dez. 2012

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil 2. O debate na esquerda: 1960-1980**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012

STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 1.ed, São Paulo: Editora Expressão Popular LTDA, 2005